

# O PARLAMENTARISMO

## NAS SOCIEDADES MODERNAS

(A proposito do novo livro de Herbert Spencer — *L'individu contre l'état* <sup>1</sup>)

La fonction du libéralisme dans le passé a été de mettre une limite aux pouvoirs des rois. La fonction du vrai libéralisme dans l'avenir sera de limiter le pouvoir des parlements.

HERBERT SPENCER.

Estas palavras, com que o grande philosopho inglez fecha o capitulo sobre *La grande superstition politique*, encerrando, segundo o nosso modo de vêr, uma verdade, exigem profunda meditação e devem ser commentadas por todos quantos se interessam pelas questões sociaes, subordinando-as ao rigoroso methodo da sociologia. São, por assim dizer, a synthese d'esse livro em que o auctor resumiu quatro artigos publicados pela primeira vez na *Contemporary Review*, no decurso do anno proximo findo. As razões que os motivaram não são particulares á sociedade ingleza; em todo o continente europeu se passa a mesma ordem de factos, e entre nós, nomeadamente, estão produzindo graves perturbações. Herbert

---

<sup>1</sup> *L'individu contre l'état*, par Herbert Spencer, traduit de l'anglais par J. Gerschel. Paris, Félix Alcan, éditeur, 1885.

Spencer resume-os assim no prefacio : « As medidas dictatoriaes, multiplicando-se com rapidez, têm continuamente tendido a restringir as liberdades individuaes, e de duas maneiras : estabelecendo-se regulamentos, cada anno em maior numero, em que se impõem ao cidadão restricções em actos que anteriormente eram de todo livres, e que o forçam a fazer actos que anteriormente podia fazer ou não, á sua vontade. Ao mesmo tempo, os encargos publicos, cada vez mais pesados, sobretudo locaes, restringiram mais a sua liberdade, diminuindo-lhe a parte dos ganhos que pôde dispende como quizer, e augmentando a que lhe tiram para ser gasta conforme a vontade dos agentes publicos. » Á primeira categoria pertence, por exemplo, a reforma do codigo penal, que, sob o pretexto de diminuir as penalidades de accordo com os principios de justiça defendidos pelos auctores modernos, só teve em vista subtrahir á intervenção do jury o julgamento dos processos criminaes por abuso de liberdade de imprensa, a fim de poder a auctoridade judicial castigar com a prisão os jornalistas que se mostrarem mais violentos nas suas aggressões contra o actual estado de coisas. Na segunda filiam-se directamente os excessivos impostos municipaes que produziram por exemplo a *grève* dos carreteiros portuenses e os tristes successos que se lhe seguiram. Têm, portanto, um interesse de momento, as considerações de H. Spencer sobre as causas, que, tanto em Inglaterra, como entre nós, produzem semelhantes effeitos.

A nossa época — escusado seria repetir o que é um facto conhecido por todos sem distincção de escolas politicas ou philosophicas, — representa para a elite da humanidade um periodo de crise, já bastante longa e profundamente dolorosa em virtude de erros, na sua maioria inconscientes, dos governantes e legisladores. Chegámos ao ultimo grau da transição da theocracia, que caracteriza de uma maneira admiravel as antigas civilisações do Egypto, da India e da Persia, para a sociocracia, denominação que Comte deu á civilisação vindoura, em que a sciencia e a industria terão completamente eliminado a religião e o militarismo. Nas sociedades modernas não só a industria e a sciencia ainda não adquiriram o seu justo predominio, como vemos ainda a religião e o militarismo, apesar de decadentes, utilisarem as manifestações e os productos d'aquellas duas forças antagonistas, a religião servindo-se do telegrapho para a transmissão de benções papaes e do gaz e da luz electrica para a illuminação dos templos catholicos, e o militarismo applicando os conhecimentos da mathematica, da physica e da chimica para o aperfeiçoamento dos instrumentos de destruição na terra e no mar. Estas combinações hybridas de elementos heterogeneos e contrarios dão uma feição muito particular á crise con-

temporanea, accentuando-se egualmente nas idéas, nos sentimentos e nas acções da maioria dos individuos.

A evolução nos dominios da sociologia, como no campo da biologia, effectua-se de um modo lento, por modificações successivas, e não de salto. Um dado estado social é sempre o resultado dos seus antecedentes, tanto mais complexos, quanto maior é o grau de civilisação; e da mesma fórma cada acontecimento, por mais simples e inoffensivo que seja na apparencia, traz uma serie multipla de consequencias, umas immediatas e previstas, outras, o maior numero, indirectas, distantes e mesmo impossiveis de prevêr. Esta ordem de idéas leva-nos naturalmente a considerar quanto é grave a responsabilidade dos legisladores e dos ministros de Estado e a admirar a leviandade com que em toda a parte homens incompetentissimos acceitam ou conquistam o diploma de deputado ou a pasta de ministro. Só têm uma desculpa: — a mesma ignorancia que gera taes ambições e que não lhes deixa comprehender a responsabilidade que pesa sobre elles. Dos erros dos parlamentos derivam em grande parte os perigos que ameaçam em toda a Europa a actual situação, tanto sob o ponto de vista politico, como sob o ponto de vista economico. Os parlamentos, herdeiros dos velhos poderes dictatoriaes da realeza, — do absolutismo que encerrava o Estado na pessoa do rei, — trouxeram para as sociedades modernas muitos dos vicios do antigo systema, aggravando-os ainda com a metaphysica incongruente de que estão eivados todos os homens politicos, quer sahidos das universidades atrazadas, quer do jornalismo indisciplinado e corrompido. A sua intervenção soberana na vida social, quer seja para apressar o desenvolvimento, quer seja para sopear a expansão popular, tem sempre consequencias desastrosas, porque, exorbitando das suas verdadeiras funcções, não faz senão continuar em condições excessivamente precarias a obra do absolutismo. Ao absolutismo monarchico substituiu-se o absolutismo parlamentar, com todos os defeitos d'aquelle e sem nenhuma das suas virtudes. A historia politica da Europa no decurso do corrente seculo prova exuberantemente esta verdade.

Herbert Spencer condemna, com justificada razão, toda a tutela governamental, quer esta parta de um rei, quer de um parlamento. « O governo, diz elle, nasceu da aggressão, e foi gerado pela aggressão. Nas pequenas sociedades primitivas, onde reinou completa paz durante seculos, nada existe que se assemelhe ao que chamamos governo; não ha organização coercitiva, ha só uma supremacia honoraria, quando alguma existe. N'estas communidades excepçionaes, que não são aggressoras e que, por causas especiaes, não estão expostas a alguma aggressão, a veracidade, a honestidade, a justiça e a generosidade estão por tal fórma enraizadas que

é sufficiente poder manifestar-se de tempos a tempos a opinião pública n'uma assembléa de anciãos, convocada com intervallos irregulares. Pelo contrario, encontramos provas de que a auctoridade de um chefe, reconhecida primeiro temporariamente durante uma guerra, se estabelece de um modo permanente quando o estado de guerra se prolonga, e adquire força se uma aggressão feliz traz á submissão algumas tribus vizinhas.» (pag. 66) Foi este chefe guerreiro que por toda a parte se transformou pouco a pouco em rei, em senhor suzerano, em monarcha absoluto, tendo tanto mais poder coercitivo, quanto maior era o numero das conquistas, e tornando-se tanto mais aggressor no interior quanto mais o era no exterior, em virtude da força militar exigir da parte dos cidadãos para com o chefe uma obediencia inteiramente passiva e cega. Eis a origem do poder dictatorial da realeza, poder que ella delegou, ao começar a sua decadencia, nos ministros de Estado, e que as revoluções da burguezia transmittiram aos parlamentos. A natureza aggressiva do governo revela-se sempre através de todas as suas phases e quaesquer que sejam as apparencias que reveste, ainda mesmo as mais beneficas, as mais proteccionistas para o commercio ou para a industria nacional. A linguagem metaphysica da imprensa liberal em vão procura occultar o vicio originario d'essa instituição, divagando sobre a soberania popular e sobre a sua genuina representação nos parlamentos; mas continúa a conferir ao poder central de cada paiz a liberdade de acção e a irresponsabilidade de que gosavam os monarchas por graça de Deus.

« A grande superstição da politica de outr'ora, diz H. Spencer, era o direito divino dos reis. A grande superstição da politica de hoje, é o direito divino dos parlamentos.» (pag. 116) Sempre o mesmo poder absoluto.

Os deputados são os representantes do povo, os eleitos da nação. Esqueçamos por um pouco as veniagas e as baixezas da media eleitoral. Esses delegados — supponhamol-os conscienciosa e livremente escolhidos — que o povo envia ao congresso legislativo, investindo-os da soberania, adquirem *ipso facto* auctoridade dictatorial? Os que os elegeram, perdem desde esse momento todos os direitos de soberano, para terem de se submeter a quaesquer deliberações d'elles? Os verdadeiros senhores tornam-se vassallos, e os simples procuradores arvoram-se em tutores dos seus constituintes? É o que infelizmente succede no constitucionalismo contemporaneo tanto sob a fórma monarchica liberal, como sob a fórma republicana. Deve-se este phenomeno social á juxtaposição de elementos tão dispares, como são os do velho regimen militar que desaparece com os do regimen industrial que surge e se desenvolve com espantosa rapidez. Durante a transição tudo é absurdo,

incoherente. Assim os parlamentos, de origem popular, conservam ainda os direitos da omnipotencia que se attribuiam os monarchas de direito divino. Mas se era logica a auctoridade real que derivava da divindade por delegação, quando não era a propria encarnação de Deus, é irrisoria a intervenção arbitraria do Estado, nas sociedades modernas, visto que os legisladores são feitos por graça do povo e não por graça de Deus.

Os legisladores, reunindo-se durante um certo numero de mezes de cada anno, fazem e desfazem leis com uma indifferença pasmosa, como inspirados pelo espirito santo ou como se a sociedade fosse uma massa malleavel á vontade de um parlamento, sem attenderem a que todas as suas deliberações, além da influencia directa, que a maior parte das vezes desconhecem e ignoram, têm ainda uma vastissima influencia indirecta e incalculavel. Todas as causas produzem maior ou menor numero de efeitos, mas quanto mais complicadas e complexas forem aquellas, tanto mais imprevisos e desmedidos serão estes, sobretudo sendo os phenomenos sociaes os mais ferteis em consequencias diversas e indeterminadas. Uma lei, que á primeira vista nos parece boa, considerando só as circumstancias de occasião, pôde trazer á sociedade os mais perniciosos resultados, muitas vezes exactamente os oppostos d'aquelles que se nos afiguravam provaveis e immediatos. Bastantes são as provas adduzidas por H. Spencer. Em Portugal acha-se, por exemplo, n'estas condições a lei de 1880, que pôz as escolas primarias a cargo dos municipios, a qual, apesar de pertender fliar-se nos são principios da descentralisação, só redundou em prejuizo para os contribuintes por sobrecarregar enormemente os impostos locais sem melhorar em coisa alguma a instrucção publica. Levianamente procurão muitos tirar partido d'este mau successo para exaltarem as vantagens da centralisação politica, sem saberem que é esta ainda indirectamente a causa principal d'aquelle resultado, em razão da intima solidariedade de todos os actos ou de todas as leis de qualquer systema de governo. Os legisladores antes de condemnar o principio, devem confessar a sua inaptidão e incompetencia para dirigirem a sociedade.

Urge levar ao espirito publico a convicção de que a politica é uma sciencia applicada, a mais difficil de todas, e não uma coisa simples para que todos se acham habilitados. O charlatanismo tem de ceder o passo á sciencia no dominio da sociologia, como já o cedeu no dominio da biologia. Os barbeiros d'aldéa que ainda em nossos dias exerciam as funções do medico, tiveram de abandonar a verdadeiros medicos os seus clientes, mesmo nas localidades mais sertanejas, sob pena de incorrerem em graves responsabilidades punidas pelo codigo penal. É tempo já dos barbeiros da politi-

ca serem substituídos por homens de Estado competentes. Convém abandonar de vez a indulgencia que de ordinario se tem com os legisladores que por erro de officio causam sérios males á sociedade. Se se condemna justamente, como observa H. Spencer, o estudante de pharmacia que, envolvendo-se nas attribuições do medico, mata o doente por se enganar no diagnostico, e não se lhe admite como attenuante a boa intenção que o moveu a receitar, nem tão pouco o facto do desconhecimento da propria ignorancia; porque se ha de ser benevolo com aquelles, que, sem o minimo conhecimento das leis sociologicas, sem pratica alguma dos movimentos regulares da machina social, se arvoram em reformadores e em governantes?... « E no entanto, affirma o grande pensador, basta lançar a vista para a historia das legislações para se vér que os males causados pelos legisladores ignorantes são mais numerosos do que os causados pelos ignorantes que se tem mettido a administrar remedios.» (p. 71).

Para se ser legislador, para se ser homem de Estado, é necessario saber-se. Mas esse *saber* não consiste n'uma illustração superficial, inteiramente rhetorica e espectacular, como a que possuem em geral os oradores parlamentares e os jornalistas de qualquer côr politica. Esse *saber* deve ser, pelo contrario, muito especial e muito pratico, um conhecimento profundo dos organismos sociaes, da sua estrutura, do seu funcionamento e emfim da maneira como actúa sobre elles uma lei, — a anatomia social, a physiologia social e sobretudo a pathologia social, — se nos podemos servir d'estes termos particulares da biologia. « O que na realidade é necessario, diz Spencer, é um estudo systematico do encadeamento natural entre a causa e o effeito, como se manifesta nos séres humanos reunidos em sociedade. » (p. 90) Os legisladores actuaes attendem pouco a esta relação, e comtudo « na sociedade, mais do que em qualquer outra parte, as causas são fecundas em effeitos » e « as consequências distantes e indirectas não são menos inevitaveis do que as proximas. » (p. 91) O sér humano, physica e intellectualmente, é até certo ponto modificavel, e toda a adaptação exigindo uma perda ou um augmento de força, conforme as circumstancias, produz mudanças que se transmittem por herança de geração em geração. Assim uma restricção ou um alargamento de liberdades, uma medida aggressiva ou uma lei util e salutar, influindo de um modo directo no desenvolvimento social, vão reflectir-se no bem ou mal-estar dos vindouros.

As actividades sociaes, segundo Herbert Spencer, são o resultado colectivo dos desejos individuaes, que cada qual procura satisfazer a seu modo e seguindo o caminho mais facil ou a linha da menor resistencia, conforme aos habitos e pensamentos preexistentes.

Ora, sendo as estruturas e as acções sociaes « o producto das emoções humanas guiadas pelas idéas, quer dos antepassados, quer dos vivos » para o que cooperaram as successivas gerações, chega-se naturalmente á conclusão que, « nos resultados collectivos dos desejos humanos que procuram satisfação, os que excitaram as actividades particulares e as cooperações espontaneas contribuíram muito mais para o desenvolvimento social do que aquelles que levaram á acção em consequencia da intervenção governamental. » (p. 93).

Esta ordem de verdades geraes, que não podem deixar de reconhecer todos os que meditarem sobre as origens dos factores sociaes e o encadeamento dos factos historicos, conduzirá espontaneamente o espirito logico e livre de preconceitos á comprehensão do papel que devem desempenhar os parlamentos nas sociedades modernas, bem differente do que realmente desempenham. Não é ao governo que compete a direcção da sociedade ; mas pelo contrario n'ella deverá ir beber a orientação que tem de dar aos negocios publicos. Os parlamentos não criam leis, sancionam apenas aquellas que lhes são impostas pelas necessidades publicas. Quando o governo derivava de Deus era logico que tudo originasse da mesma fonte, que as leis viessem de cima para baixo ; mas desde que a soberania nacional se substituiu á soberania de direito divino, a logica está na ordem inversa, devem as leis ir de baixo para cima, do povo para os funcionarios, dos eleitores para os seus delegados. Está n'isto o fundamento do mandato imperativo.

O preceito christão de que *quem não quer trabalhar não deve comer* traduz, como nota Spencer, a lei natural que mais contribuiu para o aperfeiçoamento da existencia pela eliminação dos organismos mais fracos ou insufficientes de se manterem a si, com a differença que o preceito religioso envolve a idéa de imposição e a lei é simplesmente uma necessidade. Esta necessidade natural condemna a intervenção dictatorial dos governos ou dos parlamentos no desenvolvimento das sociedades, porque essa intervenção sempre se effectua em prejuizo dos que mais valem, para beneficiar os inuteis, os inferiores, os parasitas. Todas as reformas de origem official, todas as leis por mais justas e beneficas que pareçam no primeiro momento, visam só a sacrificar a grande maioria dos cidadãos a uma minoria mais ou menos numerosa. Em que consiste, por exemplo, a « protecção » concedida pelos parlamentos ás industrias nacionaes ? N'uma aggressão directa contra a maioria, pois que, como observa Spencer, « se para sustentar os interesses de A, se prohibe a B de comprar a C, ou se lhe impõe uma multa sob a fórma de direitos de entrada no caso em que compre a C, commette-se uma aggressão contra B para que A seja « protegido ». Ainda

mais, os *proteccionistas* merecem duplamente o titulo de aggressivistas, porque para procurar interesses a um só productor, espoliam dez consumidores.» (p. 108) Esta extorsão feita á grande massa popular para favorecer qualquer grupo ou classe social, repete-se por mil fórmas diversas, directa ou indirectamente, pelos impostos pessoaes, sumptuarios, industriaes, pelas licenças, ou pela carestia dos generos e augmento dos alugueres das casas. Mesmo nos casos onde a extorsão tem um caracter geral, o pequeno, o que vive do seu trabalho, o mais prestante á sociedade, é o mais prejudicado, porque para elle representa a perda do necessario, — frequentes vezes a perda da força physica, da saude e emfim da propria vida.

Herbert Spencer, fazendo sentir a opposição entre o regimen do grupo familiar e o do grupo dos membros adultos da especie, descreve assim este ultimo: «Cada adulto obtem beneficios em proporção do seu merito, recompensas em proporção dos seus serviços: por merito e por serviços entendemos nos dois casos a capacidade de provêr ás necessidades da vida, de procurar alimentos, de adquirir um abrigo, de escapar aos inimigos. Em concorrência com os membros da sua propria especie, em lucta com os membros de outras especies, o individuo enfraquece e morre, ou prospéra e multiplica-se, segundo fór bem ou mal dotado. Um *regimen* contrario evidentemente, se pudesse manter-se, seria com o tempo fatal á especie. Se os beneficios recebidos por cada individuo fossem proporcionados á sua inferioridade, se, por conseguinte, a multiplicação dos individuos inferiores fosse favorecida e a multiplicação dos individuos superiores difficultada, resultaria d'isso uma degeneração progressiva; e em breve a especie degenerada já não poderia subsistir na presença da especie em lucta e da especie em concorrência com ella.» (p. 97) Esta verdade incontestavel para as especies inferiores, não o é menos para a especie humana. Se as recompensas estivessem na razão directa da mediocridade de cada um, as consequencias para a vida social seriam inevitavelmente funestas; «e sendo assim, mesmo uma introdução parcial do *regimen* da familia no *regimen* do Estado, deve trazer insensivelmente consequencias analogas.» (p. 98).

A protecção concedida pelo Estado aos individuos inferiores, tanto moral, como intellectualmente, em detrimento dos homens honestos e intelligentes, — facto vulgarissimo no nosso paiz e que tem sido uma das causas da nossa decadencia politica — deve ser estigmatizada com vehemencia como attentadora do progresso social e ao mesmo tempo do aperfeçoamento humano. A especie e a sociedade soffrem igualmente com a preferencia dada ao typo mediocre sobre o typo superior. Pelo contrario, o interesse do individuo e da collectividade está no desdobraimento espontaneo das differen-



tes aptidões; cada um deve ter a plena liberdade de empregar e desenvolver as suas faculdades sem outra restricção que não seja o respeito da liberdade alheia. A justiça e a razão estão de accôrdo com as leis que regulam o desenvolvimento das especies animaes. A sociabilidade não destrua o principio da lucta pela existencia; apenas o modifica, tornando-o mais complexo e sobretudo dando a preponderancia ao lado moral e intellectual sobre o lado physico. Em condições eguaes serão os individuos de maior merecimento os que não de prosperar e multiplicar-se muito mais, salvaguardando assim «o principio vital tanto da existencia individual como da existencia social» e ainda «o principio vital do progresso social.» (p. 156) Cada qual gosará, portanto, do bem-estar geral segundo os seus merecimentos e as suas acções.

Sendo os limites da liberdade de cada um a tangente da área de liberdade dos seus semelhantes, a intervenção do Estado a favor de certos individuos, de uma classe ou de qualquer camada social, representa sempre uma aggressão, uma coacção, além de condemnavel, inepta, por ser em prejuizo de todos. O primeiro dever do governo ou do parlamento, como legitimo representante da totalidade dos cidadãos, consiste no respeito dos direitos individuaes. O ponto de vista biologico mostra-nos que esses direitos representam a liberdade de satisfazer as necessidades da vida organica para a conservação e aperfeiçoamento do individuo e da especie; e o criterio sociologico e moral, incontestavelmente superior, ratifica-os e marca-lhes o limite, considerando-os como o resultado dos deveres de todos para com cada um em particular. Ora a função do Estado deve simplesmente restringir-se a garantir esse limite.

De facto a humanidade vae n'esta direcção. «Os povos primitivos de typos diversos, escreve Herbert Spencer, mostram-nos que anteriormente á existencia dos governos havia costumes de data immemoravel que reconheciam os direitos privados e justificavam a sua existencia. Os codigos de leis, que independentemente se desenvolveram nas differentes nações, estão de accôrdo em prohibir certas transgressões para com as pessoas, os bens e as liberdades dos cidadãos, e um tal accôrdo implica que a origem dos direitos individuaes não é artificial, mas natural. Á medida que a sociedade se desenvolve, a lei formúla com mais clareza e precisão os direitos preestabelecidos pelo costume. Ao mesmo tempo, o governo, cada vez mais, toma a seu cargo o garantil-os. Tornando-se um protector melhor, fez-se menos aggressor; progressivamente restringiu a sua ingerencia no dominio dos actos privados. Emfim, assim como as leis nos tempos passados eram manifestamente modificadas para melhor se adaptarem ás idéas correntes de equidade, assim tambem os reformadores da lei são agora guiados por idéas

de equidade, com as quaes a lei se deve conformar, em vez de lhes dar origem.» (p. 152).

A auctoridade dos parlamentos tem d'este modo limites naturaes, os quaes só podem ser ultrapassados com grave risco da constituição organica da sociedade. A theoria da soberania illimitada, completamente coherente com o velho principio do direito divino dos reis, é absurda e insensata, applicada aos governos de eleição popular. Egualmente a subordinação da vontade das minorias á das maiorias, admittida nas sociedades contemporaneas como uma condição inilludivel da ordem publica, tem toda a razão de ser nos actos de cooperação para manter a integridade do organismo social contra os inimigos exteriores e fazer respeitar os direitos individuaes contra os ataques dos inimigos interiores, mas cessa inteiramente de ser um dever logo que transponha essa linha para ir restringir a legitima possibilidade de cada um desenvolver as proprias facultades. Com justificado motivo, condemna Spencer uma tal subordinação, n'esse caso, como illegitima, porque «implicaria um attentado contra os direitos do individuo, mais forte do que é necessario para o proteger, e traz uma violação do principio vital que se trata de defender.» (p. 153).

As considerações que temos feito, apoiando-nos nas opiniões do philosopho evolucionista, crêmos ser sufficientes para provar a necessidade de levar ao espirito publico a convicção de que o parlamentarismo, como se acha actualmente instituido, não é mais do que o herdeiro e continuador do antigo systema absoluto da realza. Convém, antes de tudo, procurar fazer com que cada um comprehenda que a verdadeira idéa de liberdade não se reduz ao reconhecimento dos direitos eleitoraes, mas significa o conhecimento dos deveres sociaes d'onde resulta o respeito por todos os direitos de cada cidadão. Não esqueçamos que o liberal deve ser, como diz Herbert Spencer, «um homem que reclama a maior isenção de restricções, sobretudo nas instituições politicas.» (p. 24).

TEIXEIRA BASTOS.

# DIALECTOS EXTREMENHOS

## I

### LINGUAGEM POPULAR DO PERAL

(Continuação)

#### B) Morphologia

I ARTIGOS. Os artigos definidos são *o*, *a*, *os*, *as*; ha porém a notar que *o* toma a fôrma *ó* nos seguintes casos, depois de *todo*: *tôdô aceio*, *tôdô anno*, *tôdô dia* <sup>1</sup> (como em Lisboa), etc.

Tanto *o*, como *a* revestem a fôrma *ó* (= ao), *á* (= aa) quando se repetem numa mesma phrase: « *o* lobo e *á* rapoza » (= o lobo e a rapoza); « *a* laranjinha e *ó* limão ». — Cf. *Dialectos beirões*, v, §. 20.

II PRONOMES. Como fica dito na *Phonetica*, ha os pronomes *mê*, *tê*, *sê*. — Note-se o pronome archaico *lo* na phrase « tu tens-*lo* lá », onde *lo* não corresponde a *l'o* (= le o), como á primeira vista poderia parecer, mas é realmente a fôrma archaica. Ouvi ainda mais phrases com *lo* <sup>2</sup>. Em Lisboa, segundo me afirma G. Vianna, diz-se *fiz-lo*. Como se vê, *lo* apparece só depois de *s* (*z*). — Sobre

<sup>1</sup> Vid. a explicação que dei nos meus *Dialectos beirões*, iv, pag. 15.

<sup>2</sup> Por ex.: « tu vês-*lo* ».

*nha*, etc. vid. §. 6. — O pronome *que* toma às vezes a forma *qui*, ex.: « *qui* foi », « *qui* vás correndo ». Antes de vogal é a regra no geral do país, mas antes de consoante não conheço exemplos senão no Peral. — A forma de *quem* antes de outra palavra é *quim*, em virtude do que se disse na *Phonetica*; mas também se diz *qã*. — Encontra-se *le* (= lat. *illi*) por *the* e *thes* como em todo o país. — Ouve-se às vezes *mi* por *me*, ex.: *que mi cazasse* (ouvido em flagrante).

### III VERBOS :

- a) *Ser*. Conjuga-se assim : *ê só*, tu *és*, elle *é* ou elle *é-i* (antes de vogal), nós *sêmos*, vocês *são* (ou *sois*), elles *são* <sup>1</sup>.

Numa canção diz-se : « s'elles *sérin* bã unidos », onde *sérin* (= serem) faz, por analogia com o infinito pessoal, as vezes de *forem*. Nos contos diz-se *cando ser* por *quando fôr*. E igualmente ouvi : « se ella *dezer* » (= se ella disser).

- b) *Haver*. *hê-de* ou *hide*, *hades*, *hade*, *havêmos* ou *hêmos*, vocês *hãdim*, elles *hadim*. Particip. *havisto* (analogia com *visto* e com o pop. *ouvisto*).

- c) *Estar*. Apresenta duas formas <sup>2</sup> :

eu	<i>stó</i>	e	<i>tó</i>	<i>stève</i>	e	<i>tève</i>
tu	<i>stás</i>	e	<i>tás</i>	<i>stivestes</i>	e	<i>tivestes</i>
elle	<i>stá</i>	e	<i>tá</i>	<i>stêve</i>	e	<i>têve</i>
nós	<i>stêmos</i>	e	<i>têmos</i>	<i>stivêmos</i>	e	<i>tivêmos</i>
(vocês	<i>stão</i> )	e	<i>tão</i>	<i>stivêròm</i> <sup>3</sup>	e	<i>tivêròm</i>
(vocês	<i>stendês</i> )					
elles	<i>stão</i>	e	<i>tão</i>			

<sup>1</sup> Na phrase *é que* (phrase de realce), o verbo *é* reveste a forma *á*, ex.: « *ést'á q'é Maria* » (= *ésta é que é M.*), « *ést'á que sabe* » (= *ésta é que sabe*), « *eu á que digo* » (= *eu é que digo*), etc., como ouvi muitas vezes.

<sup>2</sup> A segunda forma, sem *s* inicial, usa-se principalmente quando se falla depressa ou distrahidamente.

<sup>3</sup> Na linguagem popular ha sempre fluctuações; por isso ao mesmo tempo que no Peral se ouve *stivêròm* (cfr. o alemtejano; *Sub-dialecto*, pg. 16), ouve-se também *déro* (*déru*) que rima com *quéro* numa canção (o que

- d) *Ir.* *vô, vâis* ou *vâs, vai, vamos* ou *imos, vocês vão, elles vão.*  
 e) *Saber.* Diz-se *sabêrão* e *sôbêrão* (no preter.).

*Regra geral:* A 1.<sup>a</sup> pessoa do plural do presente da 1.<sup>a</sup> conj. acaba em *-êmos*, ex.: *dêmos* (= damos), *andêmos* (= andamos), etc.; a 2.<sup>a</sup> pessoa sing. do preter. tem um *s*, por analogia com o plural: *andastes* (= andaste), *tivestes* (= tiveste), etc.; a 3.<sup>a</sup> pess. sing. do preter. da 3.<sup>a</sup> conj. não acaba em *-io* (i-o) como na Beira-Alta, mas em *-iu* (ditongo), como no Porto, ex. *fugiu, mintiu*<sup>1</sup>, etc.; a terminação atona da ling. escrita *-em*, corresponde, segundo a phonetica, *-im*, ex.: *dêvim, arrecêbim, gémim*, etc.<sup>2</sup>

*Not.* Não é raro (mas não é muito frequente) encontrar no Peral, como no Algarve, preteritos em *-i* na 1.<sup>a</sup> conjug. Exemplos que colhi em flagrante: *jenti* (= jantei), *axi* (= achei)<sup>3</sup>.

#### IV PARTICULAS.

a) *Adverbios.* O adv. negativo tem estas fórmãs: *nu'* (por *nũ*, que é a fórmula do Norte), *não*, *nã*, e ainda ás vezes *nd*. De *nu* só me recordo d'este exemplo que vem nuns versos populares que eu colhi: «já *nu'* ha». Usa-se *não* antes de vogal (ex. *não és, não andas, não hades, não havias*, etc.) e no fim de phrase; de *nã* e *nd* antes de consoante (ex. «*nd* quero», «*nã* vâs, *não*? »).

É muito vulgar no Peral *ôpois* (= ao depois); também ouvi *ôspois, apois* e, no mesmo sentido, *pois*<sup>4</sup>.

Os adverbios em *-ente* tem um *s* paragogico: *somentes, principalmente, felizmentes*.

acontece no Minho), e ainda *apanhãrão*, e *fôrum* (como também no Minho). Igualmente se ouve no Peral vocês *andum, lávrum* (ao lado de *andão, lavrão*), mas o *um* é attenuado, de modo que facilmente se passa para *u* (o). — Eis outros ex. colhidos em flagrante: *dixêrum* (por disserão), *vinho' todos* (por vinho todos), *vieru'* (por vierão), *for'-se* (= *foru-se* por *forão-se*), *andum a cavar* e *andu' a cavar, io'-me* (= *ião-me*).

<sup>1</sup> Não pôde pois haver rima consoante entre *mentiu* e *tio*, *fugiu* e *rio*, etc., contrariamente ao que acontece na Beira-Alta (Mondim).

<sup>2</sup> No Norte diz-se *dêveim* e *dêvãi*, etc.

<sup>3</sup> Vid. *Dialectos beirões*, II, §. 9-d. Já um grammatico português do sec. xvii nota este curioso phenomeno.

<sup>4</sup> *apois* tenho-o ouvido a gente do Vimieiro (margens do Douro). *Ópois* assenta em *ó(de)pois* = ao depois; *ôspois* assenta em *ó(de)spois* = ao despois (pop. também); mas *apois* parece vir directamente de *adpost*. Cf. *apoi* in *Dict. d'etym. daco-romaine* de A. de Cihac, 1870, s. v. — *Pois* = lat. *post*.

O adv. *antão* torna-se *atão*, fôrma que tambem apparece na Beira-Alta.

Em vez de *deante*, diz-se *diênti* (no N, *diênte*).

Diz-se *tamem* (= tambem), *mũto* (= muito).

*Adonde* faz, como no Minho, as vezes de *então*, *depois*, etc., ex. de um conto pop.: «ella nã quiz jintar, *adonde* ella estava muito penarosa », « *adonde* a velha le disse ».

b) *Preposições*. Diz-se *até*, *inté* e *anté*<sup>1</sup>. — Em vez de *desde*, usa-se no Peral *dênes* (e *dêncs que* e *dênes de*, ex. *dênes d'aqui*, *dênes d'honti*)<sup>4</sup>. — Diz-se *im* (= em), *com* e *cum*.

— A preposição *de* toma a fôrma *di* antes de vogal (como no Alemtejo), ex.: *di o Norte*. Antes de consoante, eis tres casos: *di balde* (por *em vão*), *di ti*, *di mim*. Cf. *qui* nos *Pronomes*.

— Diz-se *sim* (= sem); *pro* (= por); *para*, *pera*, *p'ra* e *pd.*

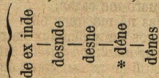
— Em vez de *contra* diz-se *discôntra* (= lat. *de ex contra*), ex. « foi lá *discôntra* vontade ».

c) *Conjunções*. Encontra-se a conj. arch. *ca* (= lat. *quam*) na phrase « é mais dôce *có* vinho » (i. é, é mais dôce *do que* o vinho), onde *có* está por *ca* o<sup>1</sup>. — A conj. *ou* tem a fôrma *ó*, como no Alemtejo.

— Usa-se ainda a conj. arch. *mais* (= lat. *magis*) por *mas*. Tambem n'este sentido se diz *màs*. — Ouve-se ás vezes *si* por *se*. — No composto *coma ti* vê-se a conjuncção archaica.

<sup>1</sup> Diez, *Gramm.* II, 451, explica o port. *té* e *até* (arch. *atem*) pelo lat. *tenus*. A ser exacta esta etymologia, a fôrma *inté* (que é muito usada no pais) deriva de *in-tenus*. A fôrma *anté*, que eu só conheço no Peral, está para ésta, como o beirão *antão* (que se usa no Peral nesta e na fôrma *atão*; cf. *nã* = *nã*) ou o minhoto *antóum* para o lat. *in tum* (ou *in tunc*).

<sup>2</sup> Qual é a origem d'esta interessante preposição? É preciso recorrer á comparação com outros dialectos para a explicar. Na linguagem dos *Saloios* (arredores de Lisboa) encontra-se *desnde*, que é o lat. *de (e)x (i)nde*; na *Grammat.* de Fernão de Oliveira, 2.<sup>a</sup> ed., pg. 76, vem *desne*, que de certo assenta na fôrma precedente por assimilação de *n* a *d* (cf. o italiano *ne* = ant. *enne* = lat. *inde*); de *desne* veiu \* *dene* por assimilação do *s* ao *n* (cf. *vamos-nos* = *vamos-nos*). O *s* final de *dênes* creio ser paragogico, correspondendo porém longinquamente ao *x* do lat. *ex*. (Cf. o gallego *dende*, *dendes* e *dendesde* que eu explico por *de inde*, *de inde ex*, *de inde ex de*). O quadro d'estas fôrmas é pois:



<sup>3</sup> Eis um ex. colhido em flagrante: «dava mais couces *qui á* mula», onde *qui á* (que á) pôde resultar de confusão com *cá* (= ca a). Mas cf. os *Artigos*.

## V FORMAÇÃO DE PALAVRAS:

a) *Deminutivos*. Numa canção popular encontra-se *viuvélla*<sup>1</sup> (de *viuva*).

— Ouvi o seguinte deminutivo de *Maria*: *Mariinha*, com dois *ii* ou um só *i* prolongado. Também porém se diz *Mariquinhas*.

— São muito usados os deminutivos em *-ico* (z-ico) e *-éco*, ex.: *bocadico*, *baixico*, *quintazica*, *òbrazica*, *coizéca*, *cachéco* (de *cacho*), *taubéca* (de *tauba* = *tábua*).

b) *Augmentativos*. Em *tamanhão* e *tamanhôna*, que significação *coisa grande* e são empregados, parece, como substantivos (*uma tamanhôna*, *um tamanhão*), os suffixos *-ão* e *-ôna* desempenhão o papel de augmentativos.

c) *Nomes patronymicos*. A palavra *minderico*, onde talvez haja um suffixo deminutivo *-ico* (cfr. supra)<sup>2</sup>, e ha um *r* que não sei explicar (analogia?), denota o habitante de *Minde*. Ha também o suffixo *-éro* (= *-eiro*): *cartaxéro* (do *Cartaxo*), *berlenguéro* (das *Berlengas*), *minderiquéro* (de *Minde*) que é formado sobre *mindérico*<sup>3</sup>.

d) *Plural dos nomes*. Ao lado do plural *rés* e *réis* ha o plural *rezes*, que é uma fôrma dupla (Cf. no Norte *pózes* = *pós*). *Grões* é um plural irregular de *grão*, por analogia com os pluraes em *-ões*. *Váis*, como no Alemtejo<sup>4</sup>, é o plural de *val* (= *valle*, cujo plural no português litterario é *valles*). — A palavra *pé* tem o pl. *péis* (*i*, *é*, *pé-ís*, com duas syllabas; se o *i* formasse ditongo com o *é*, teriamos uma excepção á regra da condensação).

## VI ETYMOLOGIAS POPULARES.

O appellido *Leite* é transformado no Peral em *Leito* (no N. é *Leites*). Nos contos populares lê-se *préssas*, etc. (Vid. as not. ao respectivo texto). O nome do *pinta-silgo* parece ser *pinta-silva*, talvez também por influencia do processo da etymologia popular.

1

Ó viuvinha,  
Ó viuvélla,  
Quero-me cazar,  
Mas nã me quer ella.

<sup>2</sup> Os suffixos deminutivos para denotar patronymicos não são raros: *lisboeta*, *minhoto*, *crastejo*, *hispanhol*, *biscainho*. Diez, *Gramm. des l. r.*, II, 295, dá *Andaluz* e *Guipuz* (suffixo *-uceus*) como deminutivos.

<sup>3</sup> No Minho chama-se *soajeiro* ao habitante de Soajo. Cf. *brazileiro*, etc.

<sup>4</sup> *Sub-dialecto alemtejo.*, pg. 5.

## C) Syntaxe

Na construcção da phrase, a lingoagem do Peral pouco se afasta da lingoagem ordinaria.

a) A preposição *a* acompanha o verbo *usar*, como se vê nestes exemplos: « *nã se uza a dezêre* », « *nã uzão a dezêre* »; acompanha *poder* em « *pód'a vir a ser* »; acompanha *dar*: « *quem me dera a dar um ai* ».

b) Supprime-se o art. depois de *todas* em *todas vezes* (= todas as vezes), phrase que apanhei em flagrante. Creio que o mesmo se diz em Lisboa. Este facto é vulgar nos AA. antigos.

c) O colectivo *gente* exige o verbo no plural. Assim são frequentes os exemplos eguaes a estes, colhidos em flagrante: *a gente vamos imóra*, *a gente nã sabemos*, etc. etc.

Vão outras indicações nas notas aos textos.

## D) Textos populares

Estes textos forão todos colhidos por mim no Peral, de modo que representão fielmente a lingoagem do povo, pelo menos d'aquellas pessoas que m'os dictarão. Não altero nem uma só palavra.

1. *Conto popular.*

Era um jardinéro e tinha uma filha mûto linda, e gostava mûto do rê e tinha um sant'Antóino no quarto, e disse assim :

« Ó mé rico sant'Antóino,  
Antoninho do coração,  
Intindei <sup>1</sup> as minhas préssas <sup>2</sup>  
Q'eu as faço com adevoção.

Ó mé rico sant'Antóino, prumeti <sup>3</sup> q'ô rê'ly olhe cá p'r-ã jnel-la! »

E o rê nunc'òlhava.

<sup>1</sup> Em vez de *attendei*. Confusão com *entender* que no Peral sôa *intinder*.

<sup>2</sup> Em vez de *preces*. Confusão com *préssa*.

<sup>3</sup> Em vez de *permitti*. Confusão com *prometti* (de *prometter*).



«Se nã purmeti <sup>1</sup> q'ò rêy olhe cá p'r-á jinella, ferro-o das scá-dias a báxo ».

Depois fez um barulho mûto grande, e o rê mandô um camarista preguntar o que vinh-à ser aquelle barulho. Ópois diss'assim o pai :

— É a minha filha que se métt'im cabeça que Vossa Mastádo ólhe p'ra cima, e como não ólha, ferrô c'o santo p'las scá-dias a báxo <sup>2</sup>...

Depois, que faz o rê? Foi lá, a casa d'ella, e diss'assim :

— Pois êu agora vô viajar para rénos 'strangéros. Pois q'ando vier, se tu tiveres tres filhas minhas, sim eu saber, caso cumtigo.

Pois elle foi viajar p'rão <sup>3</sup> réno, xamado *Ana*. Pois que faz ella? Foi adiénte, e foi-s' hõspedar numa hõspedaria defronte do palacio. Pois, q'ando elle foi, já ella lá 'stava, e ella pôz-s'á jinella mûto aciada, c'um grande tóléte <sup>4</sup>. Xigô o camarista á jinella, e diss'assim :

— Se Vossa Mastada <sup>5</sup> viss'uma piquena <sup>6</sup> q'alli stava, Vossa Mastada nã gostava d'ella, ficava incantado <sup>7</sup>...

— Pois diz-l'a ella s'eu á nôite posso lá ir tomar xá com ella <sup>8</sup>.

O rê nã na conhecia por star mûto aciada com tóléte deffrente.

Diss'ella :

— Óra! cada vês quizere <sup>9</sup>.

Foi para lá, tomô xá com ella, e tev'uma menina que se chamou *Anna*. Pois xigô-s'ò tempo d'ir para ôtro réno : foi-se spedir

<sup>1</sup> Variante phonetica de *prumeti*. Aqui está *purmeti* em vez de *purmetis* (= *permittis*).

<sup>2</sup> Pelo que respeita ao costume popular, cfr. o meu livro *Tradições populares de Portugal*, §. 130.

<sup>3</sup> *prão* = *p'ra um*. O a final com *um* deu o dit. *ão*, como no Norte.

<sup>4</sup> E' o fr. *toilette*, que já se vae propagando no povo.

<sup>5</sup> Como se vê, a narradora fluctua entre *Mastada* e *Mastado*. Adeante apparece tambem *Mastade*.

<sup>6</sup> Aqui *piquena* é synonymo de *rapariga* e não de *creança*. Até muitas vezes se diz : « a *píquena* já é grande. »

<sup>7</sup> Note-se a phrase « nã gostava d'ella, ficava incantado », em que a negação tem por fim exaltar a segunda phrase. Construcções analogas encontram-se tambem na lingoaem de Lisboa. Assim, perguntando eu em Lisboa a diferentes pessoas onde ficava ésta ou aquella rua, innumeradas vezes obtive ésta resposta : « O sr. vai por aqui adeante : não é a primeira, nem a segunda... é a terceira », etc.

<sup>8</sup> Em Portugal, na maior parte das casas de certa distincção, é costume tomar chá á noutinha, antes da ceia. — Faço esta nota para os leitores estrangeiros.

<sup>9</sup> *cada vez quizere* = *cada vez q'quizere*.

d'ella com mūta pēna, mas que nã podia dēxar de não ir <sup>1</sup>. Foi antão p'ra uma cidade chamada *Canita*. Ella tinha treminado <sup>2</sup> c'o camarista di elle dizer ó rê qui era mūto bonita. Q'and'o rê foi, já ella lá stava defrõnte do palacio hõspedada. Xigó o camarista á jinella, e diss'ó rê :

— Se Vossa Mastado viss'aquella piquēna! S'a ôtra era bonita, ésta mūto mais!

— Diz-l'a ella s'eu lá posso ir á nõite tomar xá.

— Óra! Eu nim l'o digo!

— Diz-l'o sēmpre.

Elle disse-l'o.

— Que vēnha cada vez quizére.

Foi tomar xá com ella, e ella tēve ôtra menina, que se chamó *Canita*. Pois, q'ando era tēmpo de s'ir p'ra ôtro rêno, foi-se despedir d'ella, que s'ia imóra, que tinha mūta pēna. Pois, foi-s'imóra p'ra uma cidade chamada *Romana*. Q'ando elle lá chigó, já ella tinha abalado adiēnti, e já stava hõspedada defronte do palacio p'r' ond' éll' ia.

O camarista xigóu á janella e diss'assim :

— Se Vossa Mastado viss'uma pequena q'alli stá! Aquill' é q'é linda e vistosa! Aquill' é q'é uma pérrola de bonita!

— Antão ella inda póde ser mais bella cá ôtra? <sup>3</sup>

— Ora! sim comparação ninhã!

— Diz-l'a ella se lá posso ir tomar xá á nõite.

Os xás d'aquella terra erão agradáb'les...

— Ora o que V. Mastade diz! Ora eu digo cá semēte <sup>4</sup> coisa!  
Eu hab'lito-me lá a dezer isso!

Mas sēmpre l'o disse. Diz ella :

— Cada véz e hora q'quēra.

Pois o rê foi, e ella teve ôtra menina que se chamó *Romana*. Pois xigó-s' aquēlle tēmpo de s'ir imóra p'r-ó sê rêno de Portuga-le. Despediu-se d'élla, e ella a xorar mūto... que tinha mūta pēna... que elle nã le tinha amizade... q'ó amor dos hómis q'é com'á pedra fria, que nunc'aquece... Pois o rê disse :

<sup>1</sup> Aqui a syntaxe popular péde um segundo *não*. (Na lingoagem ordinaria dir-se-hia : *não podia deixar de ir*). Cf. o meu *Dialecto brasileiro*, §. 29-c.

<sup>2</sup> = determinado.

<sup>3</sup> cá ôtra = ca a ôtra. Ca = lat. *quam* é vulgar no paiz.

<sup>4</sup> semēte = \* *semiente* = \* *semicante* = *semelhante*. Cf. *miafre* = *mi-lhafre*, e *diēte* = *deante*.

— Bãĩ sabes que me xigôu a minh'idade p'r'eu viajar, porque os rézes costumão viajar na idade de 18 annos, e agora tenho de m'ir imóra.

— Nunca me par'cia que V. Mastade assim me déxasse!

— Bãĩ péna ténho! Mas nã póde déxar d'assim ser.

Pois q'ando elle foi, ella arranjó-se e abaló logo adiante p'r'a sua caza, e q'ando elle lá xigô, já ella lá stava. Ópois elle squéceu-se d'ella, e elle 'téve <sup>1</sup> na sua casa. Um dia o ré passô por baxo da janella e disse ao camarista:

— Ó fulano! Aqui não é que morava aquella que botava o santo pelas scádias a baxo?

— Parece-me que sim, que é.

— Pois antão vô lá.

Assubiu e disse a ella:

— Antão vôcê sempre teve as tres meninas?

— Sim sinhora! <sup>2</sup>

E diss'assim:

— Ó Anna, Canita, Romana, <sup>3</sup>  
Vind'ó vosso pai que nos <sup>4</sup> xama.

Apois o ré cazou cum ella.

Tenh'uma vaquinha  
Xamada Vitóira:  
Morreu a vaquinha,  
Acabô-s'a stoirá <sup>5</sup>.

[Este conto foi-me dito em 1884 por uma rapariga].

## 2. *Conto popular.*

Era um' ôccasião uma mulher, e tinha um filho e disse <sup>6</sup> ao fi-

<sup>1</sup> = esteve.

<sup>2</sup> O povo nas aldeias usa muito *sim senhora* e *não senhora* por *sim senhor* e *não senhor*. Cf. o meu *Dialecto hispano-extremenho*, pg. 9, not.

<sup>3</sup> Parece que houve intenção de fazer entrar o nome *Anna* em *C-anita* (*Annita*) e *Rom-ana*.

<sup>4</sup> A narradora dizia sempre em conversação *nos* por *vos* (pronúncia *nus* e *vus*).

<sup>5</sup> É uma das formulas finaes dos contos no Peral, etc.

<sup>6</sup> *Dizer*, como é vulgar no povo, tem aqui o sentido de *perguntar*.

lho que estudos queria elle seguir. E elle disse que queria *artes do Diabo* <sup>1</sup>.

— Ó filho! qui òfficio tão horrendo!

— Ólhe, minha mãe: já le digo que vou aprinder a cortador.

— Ó filho! qui òfficio tão sevandejado!

— Atão sempre pôdes assegurar os estudos que tinhas no sêntido d'assegures <sup>2</sup>.

Foi ter a mãe c'o Diabo e disse-le:

— Por quanto insina o mê filho?

— Ê lévo-l' um conto de reis, s'ell' aprinder num anno. Se vômecê o conhecer no fim d'um anno, leva-o; e, se não o conhecer, fica por mê cativo.

Preguntou o Diabo ao rapás:

— Ó rapás, tu sabes ler?

— Ê nã senhora.

O Diabo escreveu num livro: « Tal dia hade-se fazer num ranxo di carnêrinhos, tal dia num ranxo de bôizinhos... », de toda a qualidade qui o Diabo queria.

O rapás dizia que nã sabia ler, mas todos os dias ia ler o livro, sim o Diabo sabêre. Um dia stava no livro assim: « No dia que faz um anno, hade-se fazer um ranxo de pintos, e o mais côxo <sup>3</sup> e o mais felôzo <sup>4</sup> hade ser o filho da tal mulher. » Pois, tres dias antes do anno, o rapás foi a caza e diss' á mãe:

— Ói-nha mãe! Q'ando vômecê vir um ranxo de pintos c'uma gallinha, q'ando vir um côxo, diga: « Este é o mê filho ». Não diga que é dos pintos mais bonitos, senão fica assim o sê filho.

Depois fêz-se o anno, foi lá a mulher, e disse-l' o Diabo:

— Antão qual é o sê filho?

— O mê filho é o que vai alli a cuxiar.

— Bom! Adevinhô.

D'onde levôû o filho para caza. Hôve alli uma fêra perto, e disse:

— Ói-nha mãe! Eu agora faço-me num cavallinho mûto lindo: elle mûto bôa urêlha... elle mûto bôa clina... elle mûto bom pêyto... elle mûto roliço... elle grande sêda de rabo... <sup>5</sup>

<sup>1</sup> Um nome popular do *Diabo* no Peral é também *Diangras*.

<sup>2</sup> Repare-se na construcção d'este periodo.

<sup>3</sup> Esta palavra no Norte pronuncia-se *côixo*.

<sup>4</sup> Não me souberão dar a significação de *felozo*. Será *folioso*?

<sup>5</sup> Quem fôr sabedor da nossa lingoagem popular, reconhecerá nestas expressões um dos caracteres mais genuinos d'ella. Também na Beira-Alta,

Xigôũ á féra, e dissérão todos :

— Que cavallo tão vistoso e tão lindo ! D'onde seria aquelle cavallo criado ? Seria na Gollegã ?

Pois vai o Diabo e disse á mãi do rapás :

— Q'anto quer vòmecé por este cavallinho ?

— Um conto de réis.

E levôũ o cavallinho, adonde foi para uma hôspedaria. O criado levava o cavallo ao rio, e o cavallo nã podia huber c'o frêio. Dizem-lh'os passagêros :

— Ó rapás ! Tira o frêio.

O rapás tirò-le o frêio, e o cavallo fez-se uma arrã e fugiu ao hómi e metteu-se no rio. Foi o hómi mûto apoquintado contar tudo ao Diabo. O Diabo foi ao rio, e fez-se numa cobra para apanhar a arrã. A arrã sahiu para fóra e fez-se numa pomba, e o Diabo sahiu para fóra e fez-se num miáfne, e o rapás fez-se num annel e infiò-se no dedo d'uma princeza que stava numa jenella, e o Diabo fez-se num estudante p'ra namorar a princeza. Pois ia lá todos os dias á noĩte namorar, para lhe pedir o annel; mas a princeza nunca l'ò dava, e, q'ando s'ia dêxtar, punha o annel numa bancazinha á ilhar-ga da cama, e o annel fazia-se de nõi-te num rapaz e dezia assim :

— Nã le dé o annel; ou, se l'ò der, q'ando ser <sup>1</sup> ó passar da sua mão para a d'elle, faça por todos os motivos q'ò annel cáia no xão.

E ella assim fez. Cahiu o annel no xão, e fez-se numa massa-roca, e logo se espalhárão grões de milho pela caza. O Demóino fez-se numa franga para apanhar os baguinhos, e o rapás fez-se num miáfne e comeu o Diabo.

Sahiu o descip'lo mais mestre q'ò <sup>2</sup> Diabo.

[Contado na mesma data pela mesma rapariga].

por ex., para se descrever um individuo janota, se diz : « elle é o bello cha-peu fino... elle é a boa calça de casemira... elle é o bô annel d'oiro... » ; egualmente, se se descrever um jantar, se dirá : « elle é a bôua sopa de fei-jão... , elle é o bello prato de meio... , etc. » Tudo isto são phrases que me eu recorde de ter ouvido. Um grammatico caturra condemna-las-ha ; mas o glottologo e o ethnographo aproveitão-nas, porque vêem nellas a vida real e natural da falla do povo.

<sup>1</sup> Em vez de *for*.

<sup>2</sup> q'ò = ca o.

3. *Cantigas.*

Tá a xover miudinha  
Lá p'rá banda di o Norte :  
O minha bella menina,  
Imprésta-m'o té capote.

Pequenina, redôndinha,  
Assim se quer a mulhérr,  
Dêlgadinha da cintura,  
Que le caib'um annéff.

Si fôr's <sup>1</sup> ó mar, lá alái <sup>2</sup>,  
Prugunta por Marianna :  
Uma môça triguérinha,  
Anté no cantar tã <sup>3</sup> fama.

Andas v'istida de branco,  
Pareçs uma spitaléra :  
Qã me dera istar doéntx,  
P'ra séres minha inferméra.

Bãi pudéra ál-rei Cupido,  
Óvir os meus peditoiros :  
Ser sinhór d'esse té pêto,  
General d'esses teus olhos.

A stóira de Cupido,  
Z-eu par'amar aprindi,  
Com penas di ti nã vére,  
Uma carta te screvi.

Essa carta, ó menina,  
Z-inda mi cá nã chegô :  
Si mi quer's alguma coisa,  
Falla-me q'eu ind'aquí stô.

Eu bãi sé que stás ahi,  
Tão bonita, tão perfêta :  
Eu dezejava di sabêre  
Si eras a minha sujéyta.

Sua sujéyta eu nã sô,  
Nã será mê pai contente :  
Pódi-mi pôrr na rua  
Desprezada para sempre.

Ó menina, nã arrecêye,  
Nim ténha q'arreciare :  
S'im má fama a puzere',  
Eu d'ell' a hide <sup>4</sup> tirare.

Z-éu má fama nã na tenho,  
Mais ella mi póde vire :  
Falle báxo, nã acorde  
Mê pai qui stá a drumire.

Nã m'importa qu'ell'acórde,  
Qui mi vénh'aquí axare :  
Eu levava mûto im gosto  
Sinhor sógro le xamare.

I-z-ó rapás, dissestes bãi,  
I-ó rapaz, bãi no dissestes :  
Si nã sábe-lo <sup>5</sup> caminho  
Torna p'unde <sup>6</sup> viéstes.

I — o caminho p'ônd' <sup>7</sup> eu vim,  
Eu bãi no vejo d'êqui <sup>8</sup>,  
Eu levava mûto im gôsto  
Esta roza ó pé de mim.

<sup>1</sup> = fôres. Igualmente se diz *quer's*, monosyllabo, por *quéres*.

<sup>2</sup> = alem.

<sup>3</sup> = tem.

<sup>4</sup> = heide.

<sup>5</sup> *sábe'-lo* = *sabes-lo*.

<sup>6</sup> *p'unde* = *por onde* (p'ronde). Não me recordo de ter ouvido isto mais vezes.

<sup>7</sup> *p'onde* variante de *p'unde*. A mesma observação. — Cf. porém *cum e cumtigo*.

<sup>8</sup> = *aquí*. Não me recordo de ouvir isto mais vezes.

I-ésta roza nã vai hõje,  
I amanhê não irá,  
I-a cam'adond'ella dorme  
I-o fogo le saltará <sup>1</sup>.

Nim cá vênho, nim cá torno,  
Nim dô passadas ãi balde :  
Eu acho q'ê lôcurê <sup>2</sup> minha  
Z-amar quim nã tãi vòntade.

Z-ó auga qui vãs correndo,  
Pro baxo da sacrestia !  
Z-ó terra qui vãs comendo  
I ó meu amor d'algum dia.

Cadaval é uma villa,  
A Burmêlh' <sup>3</sup> éu desingano,  
E o Peral é um jardim  
Que dá felor todò anno.

Qãï me dér'à dar um ai  
Que xigass' adond' eu quéro,  
Q'o meu amor lá dissesse :  
— Este ai por mim o déro'.

No alto d'aquella serra  
Tãï mé pai um castanhêro :  
Dá castanhas i' Maio <sup>4</sup>  
E cravo rôxo im Janêro.

A moda di o bälharito  
Vai por essa caz'á baxo :  
Tênh'o req'imento fêyto,  
O que me falta é-i-o despaxo.

Olh'á triste viôvinha,  
Ella dis que quer cazare ;  
E ella nã tãï que vestire,  
Nim no noivo que calçare !

— Ó meu amor d'algum dia !  
— Z-ind'ò pód'a vir a sére :  
Cazar e viuváre,  
Tornará ó mé podére.

Ó meu amor d'algum dia,  
Eu te vòu a const'tuir <sup>5</sup>  
Soldados par'ó còrtéle,  
Gallegos p'ó chafaris.

Torradas, novas torradas,  
Torrei três, comi só uma :  
Q'ãï screve esta cantiga,  
Nã tãï consciença ninhuma.

O' salôia, dá-m'um bêjo,  
Que te darêi um vintãï.  
Os bêjos d'uma salôya  
São pôcos, mas sãbim bãï.

No alto d'aquella serra,  
Tã láu <sup>6</sup> cãozinho — *bêu, bêu* :  
Hôde-le cortar o rabo  
P'ás fitas do mé xapéu.

Xamaste-me triguêrinha,  
Só filha di um lavradôr ;  
Voû á missa e voû ó rio,  
Sempre 'tò da mêma côr.

Fui hont' á tard' ó passêio,  
Inté á quinta di a Granja <sup>7</sup> :  
Lá me dérão de jantare,  
Á sobre-meza laranja.

Lá me quizerão cazare  
C'uma vélha bãï *macanja* :  
Eu me puj'a considrare :  
— Esta velha nã me arranja.

<sup>1</sup> O *i* inicial nesta e noutras canções é mera expletiva como *z*.

<sup>2</sup> *lôcurê-minha* = loucura minha. — Não me recordo de ter ouvido mais vezes ésta phrase.

<sup>3</sup> = *Vermelha*, logar ao pé do Peral.

<sup>4</sup> *i'Maio* = im Maio. O *M* absorveu a nasal precedente.

<sup>5</sup> Os dois *tt* d'esta palavra são como os *tt* do italiano *atto*.

<sup>6</sup> = *lá um*. Houve crase d'onde o dit. nasal *ãu*.

<sup>7</sup> quinta perto do Peral.

Limtéjo, logar da Béra,  
Foi minha labutação;  
Já nu' ha por' hi qã quera  
Assoldadar um ganhão,  
Dênesd'o principio das éras  
Inté ó cabo do verão!

Ó meu amor, vai e vãi,  
E, á vinda, vãi por' qui.  
Abáxaréi os méis olhos,  
Vô jurar que nã te vi.

Dênesq'eu inuvié,  
Tôdô mé fim foi xorar:  
Os petizios pédim pão,  
E eu nã o ténho p'ra l'ô dar.

Salvaterra, Benavênte,  
Genicó fica no méio:  
As meninas de Samóra  
Bálhão com tôdô acéio.

Ólivérinha piquêna,  
Tãobãî tãî piquêna sombra:  
Tãobãî eu, por ser piquêna...  
Vócê cumigo nã zômba.

Minha sógra tãî-me raiva,  
Minha cunhada tãobãî:  
Paciência! nã m' importa,  
Quêra-m'ô sé filho bãî!

Mandé fazer uma gaiola  
Na còndensa da rainha,  
P'r'ô canair'imbracar  
Nas azas d'uma pômbinha.

O canairo aduiceu  
C'uma grande constipação:  
Mandé formar á junta  
Trinta e um surgião.

A' priméira lancetada  
Log'ô canairo desmerceu<sup>1</sup>;  
Á sigunda lancetada  
Cahiu p'ra trás, morreu.

Mandé-le xamar o padre,  
Para tocar os sináis,  
Onde vinha o acompanhamento  
De um batalhão de pardáis.

Onde vinha o *pinta-silva*<sup>2</sup>  
Vestido com tód'ô luxo:  
VÉYo o gato da vezinha,  
Pregô côm tudo no buxo.

No méyo d'aquelle máre  
Tá uma pedr'âmarella,  
Ond'ô meu amor s'assênta,  
Para fazer santinella.

No alto d'aquella serra,  
Dêté fitas a avoar:  
O meu amor é tindéro,  
Tãî mûtas pera me dar<sup>3</sup>.

#### 4. Adivinhações.

O qui é aquillo,  
Tal coisa é-i-ella,  
Que se fexa numa mão,  
É nã cabe dentro d'um caixão?

(VARA)

O que é aquillo,  
Tal coisa é-i-ella,  
Do tamanho d'uma borbolóta,  
Enxe a casa até á porta?

(LUZ)

<sup>1</sup> == *desmereceu*? ou por *esmoreceu*?

<sup>2</sup> *pinta-silgo*?

<sup>3</sup> Estas canções forão-me dictadas por diferentes pessôas em 1884.



O qui é aquillo,  
Tal coiza é-i-ella,  
Que q'anto mais maior <sup>1</sup> é  
Menos se vé?

(ESCURO)

5. *Rimas varias.*

(DANDO UM RAMO)

Toma lá um ramelhetinho  
Muito bem ramelhetado,  
Que te manda o têu amor  
Muito do sêu agrado.

—  
Um tranquinho d'alecrim,  
Que se dá ós bái cazados:  
S'elles sêrim bái unidos  
De Deus serão ajudados.

—  
Tá xover <sup>2</sup> e a fazê' sol  
E as belhas a bálhar em Ru Maior <sup>3</sup>.

—  
Março marcéja,  
Pela manhã xove,  
De tarde calméja.

—  
Feveréro  
Leva a uvélha e o carnéro,  
E inda entra pelo piguréro.

(Continúa).

Q'al é coisa,  
Q'al é-i-ella,  
Travéssa vais e nitêros  
E sempre tá no mésmo sito <sup>4</sup>?

(ESTRADA)

(PARLENGA)

— Ói nha mãi,  
La vem no gaitéro!

— Ói nha filha,  
Tóca-l'o pandéro!

— Ói nha mãi,  
O pandéro tá rôto.

— Ói nha filha,  
Gánha p'ra ôtro.

— Ói nha mãi,  
Nã póssô <sup>5</sup> gánhar.

— Ói nha filha,  
Vai-te deitar.

— Ói nha mãi,  
Nã posso drumir <sup>6</sup>.

.....  
.....

## J. LEITE DE VASCONCELLOS.

<sup>1</sup> *mais maior*. Este duplo comparativo resulta da perda da consciéncia de ser *maior* já um comparativo. É vulgar na ling. pop. de todo o paiz. Cf. o inglês *more better* (Ver *Gram. da ling. ingl.* de Julio Moreira, Porto 1880, § 65 — *obs.*).

<sup>2</sup> *Tá xover* = *tá a xover*. O segundo *a* foi absorvido no primeiro.

<sup>3</sup> *Ru-Maior* = *Rio-Maior*. povo.

<sup>4</sup> Estas adivinhas recolhiam-as em 1883.

<sup>5</sup> Nesta palavra, como em baixo, os dois *ss* valem o *s* sub-cacuminal (*s* de uma parte da Beira, etc.). O mesmo *s* encontrei noutras palavras avulsas.

<sup>6</sup> Todas estas rimas fôrão recolhidas em 1884.

## ROMANCISTAS NATURALISTAS

JULIO LOURENÇO PINTO

Vamos analysar os trabalhos d'um escriptor que tem o seu ideal artistico definido, as suas convicções, as suas theorias sobre o moderno movimento litterario.

Elle não elogia para ser elogiado, não é uma gloria da *réclame* facil do jornalismo, é um homem de letras consciencioso, trabalhador e o mais productivo de todos os nossos naturalistas.

Pelo facto de o não incensarem constantemente nas columnas baratas dos jornaes, o seu nome ha ainda bem pouco tempo era quasi desconhecido, como pudemos observar no exercicio do nosso cargo de bibliothecario publico.

Liamos os seus romances e pasmavamos da sua obscuridade, demais quando outros muito inferiores, insignificantes mesmo, eram procurados com interesse.

Foi então que pela primeira vez n'esta *Revista* nos referimos a um d'elles — *O senhor deputado*, — certos de que n'essas linhas eramos simplesmente verdadeiros e de que o nosso protesto contra o que se nos impunha como exacto e primoroso, ficava alli impresso <sup>1</sup>.

Julio Lourenço Pinto collaborava n'esta publicação e os seus bellos estudos de arte eram lidos com agrado pelos que desejam adquirir novos conhecimentos. O romancista deixou tambem de ser ignorado d'essa maioria que antes só conhecia os nomes ruidosos,

---

<sup>1</sup> Vid. *Revista de Estudos Livres*, 1.º anno, pag. 231. — *O Sallustio Nogueira*, por T. de Queiroz.

as celebridades do noticiario, e no estrangeiro os seus trabalhos comecam a ser apreciados com louvor por escriptores de incontestavel merito.

Presentemente já reputado um artista de talento, um escriptor dos mais estudiosos, sem que para isso fossem necessarios os incensos da rotina que apenas servem para crear glorias ephemeras, é uma das individualidades que mais merecem a nossa attenção.

E se J. Lourenço Pinto póde orgulhar-se, como poucos, de dever o maior conhecimento e apreço do seu nome ao seu aturado trabalho e á apparição d'um orgão de doutrinação onde se faz justiça a todos, aquelle que firma o presente artigo, deixando exposta unicamente a verdade observada nos que procuram instruir-se, tambem se ufana de poder n'elle evidenciar a sua imparcialidade e os melhores desejos de ser judicioso.

Tendo-se mostrado que Julio Diniz foi o iniciador do naturalismo em Portugal, Lourenço Pinto é, na ordem chronologica que temos seguido n'estes estudos, o terceiro dos seus continuadores. Ha só uma differença a notar: a influencia da escola ingleza foi substituida pela influencia da escola franceza que teve o seu começo em Diderot, como aquella o teve em Richardson.

Eça de Queiroz foi o primeiro que se manifestou influenciado por Flaubert e Zola, tendo o seu ruidoso livro *O Primo Bazilio*, arcabouço da *Madame Bovary*, servido de norma a alguns dos novos *conteurs*, que, julgando terem perfeitamente comprehendido a ultima escola, vêem nas suas impressões escriptas o bello na arte. Mas a verdade é que n'estas baixas impressões nada tem que vér a esthetica, porque ellas são o producto de cerebros vazios, de imitadores inconscientes, que assim deshonram uma litteratura.

Lourenço Pinto tambem não poude fugir á influencia de Queiroz, explorando o escandalo domestico no seu romance *Margarida*, e ainda n'outros posteriores. Este, que foi o primeiro a vér a luz da publicidade, resente-se muito d'essa acção movimentada d'*O Primo Bazilio*, cujos personagens principaes, e mesmo alguns secundarios, serviram de modelo ao romancista portuense, ageitando-os ás necessidades d'uma concepção que desfizesse as impressões recentes d'esses caracteres. Ha evidentemente uma troca de papéis; percebe-se, não obstante os recursos intellectuaes do artista, não obstante a sua fórma caprichosa, o predominio d'essa maneira do revelador da *sensação nova*. Assim, Margarida, Adelina, Fernando, dr. Barreiros e o Sepulveda, apparecem-nos n'um meio semelhante ao dos personagens d'Eça, com as mesmas tendencias d'estes, a mesma indole, differencando-se apenas nos traços exteriores, na constituição physica, na educação ou no papel social. No fundo, elles não podem de modo algum furtar-se ao confronto com essas

creaturas que se chamam Luiza, Jorge, Sebastião e o Ernestinho, mesmo com alguns traços menos salientes de Bazilio, da Leopoldina, de Julião ou do doutor Caminha. As impressões d'uma leitura que ao espirito do escriptor que vimos analysando se lhe afigurou talvez originalissima, actuaram constantemente na execução da sua obra.

E elle que preparava os mesmos incidentes, o mesmo enredo, dando um outro colorido aos seus episodios, distribuindo ás vezes os papeis que mais o impressionaram entre individuos de acção bem diversa, exhibia ao mesmo tempo este ou aquelle traço mais perfeito ou mais caracteristico em typos destinados a uma outra missão. Não podendo despreoccupar-se do desenho geral do romancê que tanto o impressionou e a que talvez se deva a sua filiação na moderna escola, eis o unico motivo por que em *Margarida*, por exemplo, se notam uns reflexos da imagem de Luiza nos seus primeiros tempos de casada, na sua doença e morte; em Fernando alguns traços de Jorge e tambem de Bazilio; em Adelina, a que deveria dar o titulo ao livro, as manifestações de Luiza antes e depois do adulterio e uns laivos pallidos de Leopoldina; no doutor Barreiros um mixto de Sebastião e de Julião; doutor Veiga um certo tom que nos não deixa esquecer absolutamente o doutor Caminha; e em Sepulveda o necrologista da mulher de Jorge, com essas pequenas differenças que não conseguem apagar de todo um typo que se nos fixou na mente.

No romance *Margarida*, além dos caracteres indicados que de certo modo correspondem aos desenhados no romance *O Primo Bazilio* — dá-se o mesmo episodio da carta reveladora da infidelidade conjugal, acompanhado dos mesmos movimentos, produzindo os mesmos efeitos psychologicos, a mesma situação dolorosa que Eça de Queiroz descreve como preparativo violento para o desfecho fatal, que não é possivel prolongar por mais tempo.

E como o primeiro discipulo da moderna escola franceza apresenta uma personagem, Juliana, de quem a adúltera receia a revelação dos seus amores criminosos a seu marido ultrajado, dando-lhe, para guardar segredo, tudo que póde, Julio L. Pinto tambem, julgando indispensavel um typo que ameaça o esposo infiel, concebe em poucos traços, mas verdadeiros, esse malandrim que pede esmola a Fernando em paga do seu silencio.

Como se vê, a estreia do romancista portuense obedeceu, no plano geral e em algumas particularidades de fórma e de concepção, ás impressões recebidas com a leitura d'*O Primo Bazilio*.

Mostremos agora o que ha de mais original, de mais sentido e melhor observado na *Margarida*, o que nos dá a nota pessoal do artista, emfim.

As sensações de Fernando e de Margarida quando sabem que

vão pertencer um ao outro, descriptas com essa delicadeza que dá uma luz suave ao espirito; a estada no campo em seguida ao casamento e onde os noivos se deixavam «invadir de um sentimentalismo bucolico»; as scenas attrahentes da sua vida domestica em que se espalha um certo perfume como a incensar o amor da familia, as ternuras do lar, por exemplo essa naturalissima scena em que Margarida, alegre «como um serzinho», segreda «toda rosada de pejo» ao ouvido de Fernando «umas palavras», a revelação da gravidez; esse curto dialogo que se segue tão espontaneo e tão intimo, é tudo observado e sentido com alma de artista correcto e primoroso.

Todas as vezes que Julio Lourenço Pinto obedece apenas ás impressões recebidas do seu meio, da sua observação e analyse, esquecendo as imagens d'outro que parecem têt-o impressionado vivamente, o artista sobresaie como nas magnificas descripções do collegio de S. Bento com o seu regimen claustral, da casa de Fernando de Azevedo, do baile no Club e ainda outras cuja indicação achamos desnecessaria. Nos desenhos dos personagens, taes como Luiz d'Albuquerque, marido de Adelina, Antunes, D. Guiomar de Athayde, o espirito intriguista dos salões e Leonardo da Cunha, pai de Margarida, que nunca seria capaz de forçar o coração da filha «nem para a casar com o rei» parece-nos haver certos tons muito convencionaes.

Uma qualidade superior se distingue n'este romance: é a completa ausencia das aberrações isoladas e dos caracteres theatraes.

Mas antes de passarmos a outro vejamos ainda algumas paginas descriptivas.

Trata-se d'um novo confronto, d'uma scena e d'um caracter, pelos quaes não hesitamos em afirmar que o romancista de que nos occupamos sentira tambem a influencia directa de Flaubert e melhor do que Eça de Queiroz. Se assim não fôra, Adelina não seria um typo tão completo, visto que Luiza ficou simplesmente um esboço de madame Bovary.

J. Lourenço Pinto, sentindo superiormente o romance-quadro do continuador de Balzac, contemplou o retrato de Emma com alguma cousa mais de que os olhos do semblante; possuiu-se d'esse assumpto vulgarissimo, como se deixára influenciar pelo thema d'*O Primo Bazilio*, com a differença, porém, de que o primeiro na sua côr geral e nas suas notas verdadeiramente humanas, lhe deu maiores e mais duraveis impressões que elle transmittiu n'um estylo propriamente seu, ampliando tambem ou dando outro aspecto a certas fórmas digressivas do segundo por essa faculdade que se chama a imaginação e que Taine considera a superior do romancista.

É pela leitura e contemplação do assumpto da *Madame Bovary*,

que Lourenço Pinto nos apresenta na *Margarida* o typo de Adelina com as mesmas tendencias d'aquella, a mesma educação, o mesmo temperamento e indole. Vêmol-a igualmente prodiga levando uma vida luxuosa, diminuindo os seus haveres; vêmol-a com a mesma reacção religiosa depois de desilludida nos seus amores; sentimol-a no seu desprezo pelo marido, nos seus actos mais simples, nas suas phantasias, nos seus caprichos. Finalmente a sua physionomia geral é a mesma da creatura de Gustavo Flaubert.

A scena a que alludimos é a que se segue á morte de Margarida. Como o medico Carlos Bovary, Fernando sente o desejo morbido de contemplar os objectos que pertenceram a sua mulher e por isso entra no quarto e tem illusões augustiasas. A imagem da filha, essa creança que ficou como um elo da vida e uma recordação saudosa da mãe, foi igualmente inspirada da obra do celebre romanista francez, bem como ainda todos esses traços de profunda realidade que completam o quadro.

Da analyse d'este livro se depreheende facilmente que J. Lourenço Pinto comprehendem melhor o moderno movimento apesar das indecisões manifestas na fôrma e da influença d'um outro molde que exhibe de preferencia os contornos viciosos e provocantes da depravação moral. E se o romance, que era uma bella estreia, não teve successo tendo intuito e elevação, é porque o seu auctor não foi brutal nas paginas voluptuosas, nas scenas de adulterio, repugnando-lhe talvez o cynismo revoltante dos personagens falsos e convenientes e a nota da mais depravada sensualidade. Bastava-lhe o contraste verdadeiro e eterno entre as suas heroínas para que o seu romance merecesse as attentões da critica.

Seguem-se-lhe a *Vida atribulada*, *O senhor deputado*, *Esboços do Natural*, *O homem indispensavel*, tendo actualmente em preparação *O Bastardo*.

A *Vida atribulada* foi escripta sob o peso de muitas contrariedades, desgostos e desalentos pela doença, quando governador civil em Santarem. Um homem honesto e dotado de extrema sensibilidade, com espirito capaz de comprehender os mais sérios e complicados problemas da vida, não é facil adaptar-se ás exigencias d'um elevado cargo official todo auctoridade e que está sujeito á mudança de situações politicas.

É por isso que este seu romance tem muito de doentio accusando-nos todavia um progresso esthetico e uma influencia puramente pessoal. Os seus quadros são interessantes, em geral cópias do vivo, os dialogos precisos, as situações naturalissimas e bem observadas. A sua delicadeza revela-se n'esse cuidado em evitar as scenas do baixo sensualismo. O desenho d'alguns caracteres é rigo-roso, paciente; Alberto e Silverio são dois typos magistraes. Ade-

laide afigura-se-nos muito verdadeira na primeira parte do romance, mas na segunda, prostituida e rica, uma criação da escola romantica. Parecem-nos tambem romanescos alguns incidentes que constituem a acção. Carlos tem-o como typo convencional porque sendo um homem que se eleva pelo trabalho lutando energicamente contra o meio, o que decerto o tornaria pratico, nos apparece um sentimentalista burguez. Ha typos secundarios na *Vida atribulada*, muito nossos conhecidos. Albertina, uma das personagens principaes, é uma bella criação artistica. Temos, finalmente, muitas bellezas a notar que obscurecem os defeitos de concepção devidos sobretudo ao mal-estar moral do auctor. Duas scenas admiraveis e reveladoras d'um bello intuito civilizador realçam n'este volume: referimo-nos á que nos prepara para assistirmos á queda de Albertina, o que se não realisa por momentos antes ella sentir que é mãe, dando-nos com essa surpresa uma boa impressão, e a prova evidente das suas bellas faculdades moraes e estheticas, — e á que, n'um colorido attrahente e n'um dialogo vivo, Carlos repelle uma fortuna que fôra adquirida pelos melos da prostituição. Eis revelados os sentimentos de dignidade do auctor. Emociona profundamente esta scena, porque foi verdadeiramente sentida.

O *senhor deputado* é talvez o romance principal de J. Lourenço Pinto. O grande poder de observação e analyse do romancista, sobresahe n'este mais do que em nenhum outro. A acção é movimentada, a these apparece sem esforço, sem preoccupações.

O artista mostra-se n'este brilhante quadro da politica contemporanea um espirito verdadeiramente disciplinado e possuidor dos modernos conhecimentos scientificos.

As descripções revelam um estudo aturado e paciente; os personagens movem-se, as perspectivas illudem-nos, os episodios surpreendem-nos. O enredo é natural e logico e assim o desfecho.

*Esboços do Natural* são uns quadros esmerados. Sobresahe dois, — *A historia da Lavandisca* e *Um crime na charneca*. Os magnificos episodios do primeiro e o colorido quente do segundo revelam-nos grandes momentos de verdadeira inspiração artistica.

*Um crime na charneca* apresenta-nos quatro personagens eternos, vulgarissimos. A psychologia amorosa de dois rusticos, os curtos idyllios em que as palavras faltam para exprimir os sentimentos que os dominam, a scena lugubre do assassinato monstruoso, as sombras da noite, os relampagos do crime, a pallida claridade do luar entrando pelas frestas, esse contraste da luz e das trevas, o silencio profundo do logar ermo, todas essas nuances, todos esses incidentes imprevisos, emfim, constituem a nosso vér um quadro verdadeiramente shakspeareano que nos move profundamente. Na *historia da Lavandisca* ha um certo mimo descriptivo

e a côr geral do quadro attrae-nos n'uma dôce contemplação dos caracteres tão naturaes, tão vulgares e tão humanos. Respiramos a natureza, recebemos as mais duraveis impressões, eis tudo.

*O homem indispensavel* é um estudo do meio politico e burguez do Porto em que se destaca um personagem, Gustavo, que se nos afigura uma perfeita cópia do vivo. Ha as scenas dramaticas contrastando com as scenas comicas; e as trapaças eleitoraes, perfeitamente toleradas pela corrupção do nosso regimen constitucional, tiveram no romancista portuense um observador implacavel, interpretando-as talvez com profunda magoa.

Notamos de passagem tambem uma certa influencia de Julio Diniz no espirito do escriptor que analysamos, isto é, na criação d'alguns dos seus typos femininos, como por exemplo *Margarida*, no romance d'este titulo, e *Branca* no *Homem indispensavel*. Ha evidentemente alguns traços ideaes n'estas creaturas sympathicas, mas que se tornam muito desculpaveis pela intenção moral.

No ultimo romance de J. Lourenço Pinto temos ainda a distinguir os typos verdadeiramente humanos de Jorge irresoluto e effeminado; Pedro, o barbeiro, grande apaixonado pela politica; Ernesto, o bacharel enfatuado, nullo, mas que se julga uma intelligencia superior pela posse dos seus diplomas de premiado na universidade de Coimbra; as scenas d'uma realidade bem observada como a do baile no Palacio de Crystal em que o escandalo é a nota predominante; a que se dá depois entre Branca e Isaura; aquella em que Ernesto vai pedir contas a Gustavo e, finalmente, a que se passa entre este e Pedro, a ultima do romance.

Todos estes volumes do romancista portuense constituem uma serie de estudos da vida contemporanea.

Esbocamol-os para darmos uma idéa do valor do artista, da sua maneira e das suas aptidões. Em todos elles se revela a preocupação do descriptivo e a da linguagem, o que torna ás vezes monotonos e enfadonhos os seus quadros. A primeira é a da moderna escôla. Balzac, Flaubert, Zola e Daudet, os grandes romancistas, manifestam essa mesma preocupação, e Lourenço Pinto filia-se n'esta escôla, parecendo ultimamente inspirar-se mais em Zola e Daudet.

A segunda é devida á influencia academica. A rhetorica não pode ainda ser de todo banida porque teve o seu passado florescente. A nova fórmula deve ser simples, elegante é verdade (e só assim admittimos o seu culto); a parte descriptiva deve ser rapida, apenas dois traços, como preparativos da acção que se vai desenvolver, n'um estylo que attráia e seduza o espirito do leitor; mas não é o que até hoje têm feito os afamados mestres. Não queremos dizer que o escriptor portuense lhes obedeça cegamente, é claro. Os tre-



chos e caracteres romanticos que ainda se lhes notam em algumas das suas paginas, derivam-se da sua educação primitiva.

Julio Lourenço Pinto é talvez mais realista do que naturalista pelo facto de não renunciar sempre aos recursos da imaginação. Aclaremos a nossa idéa. Os actuaes naturalistas francezes antepõem a observação do real á inspiração, emquanto que os seus antepassados directos Stendhal, Balzac e Flaubert se serviam muitas vezes da verdade presentida, desempenhando por isso a intuição um papel importante. Em Balzac, por exemplo, a imaginação está acima da observação, o que fez com que Philarète Chasles o julgasse mais vidente que observador, dizendo que elle trabalhava de vóo, e que servindo-se da verdade adivinhada e deduzida, e combinando-a em seus escriptos na maior quantidade possivel, não a empregava pura.

---

Entre as theorias d'arte do nosso romancista sobresaee uma que nos parece muito digna de reparo. É a que visa a demonstrar que « o principio vital que preserva a arte da decadencia reside nos factos salientes e nos typos proeminentes. »

Diz o illustre critico que estes « não podem ser proscriptos, mas pelo contrario, que sobre elles é que a observação deverá incidir mais profundamente », não concordando pois « com aquelles que na arte querem apenas a realidade vulgar e os typos médios. » Nós temos o mesmo ponto de vista dos que estarão enganados; somos d'opinião, apoiados tambem na propria historia da arte, que o grande artista não carece dos factos isolados para manifestar o seu poder; que é na exhibição da trivialidade que elle se conhece; que só póde viver na obra artistica o que é simplesmente vulgar. As maiores creações tanto antigas como modernas de que temos conhecimento não viveriam se apenas exprimissem excepções, que são os desvios da natureza. A generalidade é tudo, a particularidade um atomo ou simplesmente nada. Nunca os factos salientes e os typos proeminentes poderão dar idéa ao menos d'uma parcella da humanidade, e o verdadeiro romance não visa a outro fim imprimindo os vulgares caracteres, os sentimentos geraes. Desapparece totalmente do espirito o que assim não fôr, o que se afastar da eterna scena da vida humana.

Nada mais trivial de que tudo o que se passa no romance-drama *Madame Bovary*. O assumpto, o logar da scena, os personagens chatos, tolamente ambiciosos, ignorantes ou meio letrados e as amantes grosseiras, quem os não tem visto e observado? Eis porque o livro tem grande celebridade. Elle viverá porque retrata uma sociedade n'um certo e determinado meio.

Julio Lourenço Pinto tambem se nos eleva como artista na exhibição da vulgaridade. Está exactamente n'isso todo o seu valor; é por se impressionar dos factos e caracteres triviaes que alguns dos seus trabalhos têm superabundante cópia de bellezas. São bellos porque são vulgares certos quadros da *Margarida*, da *Vida atribulada*, do *Senhor deputado*, *Esboços do Natural* e *Homem indisponivel*.

Nada mais vulgar, por exemplo, do que a *Historia da Lavandisca*, e por isso ella é attrahente; nada mais trivial do que esse *Crime na charneca*, que é um verdadeiro primor d'arte; do que a inundação no *Senhor deputado* e tantas outras scenas e quadros admiraveis que se encontram nos seus romances; são vulgarissimos finalmente muitos dos seus personagens, e eis porque nos parecem verdadeiros e humanos.

Em vista pois do que deixamos dito ninguem dirá que o talentoso romancista e critico portuense, cuja actividade nos promette uma extensa galeria de typos sociaes, está em desaccordo com as nossas despreziosas opiniões.

REIS DAMASO.

## O CANCEINEIRO DA AJUDA

Junto do Nobiliario do Conde D. Pedro existe encadernado este Cancioneiro do seculo XIII e XIV, cuja historia externa é importantissima para a comprehensão da época litteraria a que pertence. O Cancioneiro foi colligido no reinado de Dom Diniz, que mandára organizar o Nobiliario ou cadastro da nobreza de Portugal, e ainda no córte das folhas de pergaminho do Cancioneiro se lê: REI DOM DINIZ. Este Codice foi encontrado no espolio dos Jesuitas na época da sua extincção, e tendo-se achado depois da sua publicação paleographica por lord Stuart, mais *vinte e quatro* folhas avulsas em Evora, é natural a inferencia que em Evora, onde os Jesuitas tinham o seu mais activo arraial litterario, é que descobriram este monumento, de que nunca souberam aproveitar-se. Depois da expulsão dos Jesuitas de Portugal, foi creado o *Collegio dos Nobres*, em um edificio na rua do Monte Olivete, por carta de lei de 7 de março de 1761, estabelecido na propria casa onde antes estavam os noviços da Companhia de Jesus. N'este Collegio se fez o deposito dos livros sequestrados aos Jesuitas, e alli permaneceu o Cancioneiro fragmentado, até que se tornou conhecido pela reproducção mandada fazer em Paris em 1823 por lord Stuart. Por esta circumstancia é que o Cancioneiro se tornou conhecido pelo logar da sua conservação, denominando-se até 1825 com o titulo de *Cancioneiro do Collegio dos Nobres*, e sendo por este tempo levado para a bibliotheca real da Ajuda, é hoje universalmente conhecido pelo nome de *Cancioneiro da Ajuda*. Este monumento litterario é fragmento de uma obra mais vasta, porque começa em folhas 41 até folhas 108 não numerada, ao qual accresceram mais 24 folhas achadas em Evora pelo bibliothecario Rivara. Por infelicidade o Nobiliario teve por guardas da sua encadernação folhas do Cancioneiro, e os cadernos do codice poetico interpolaram-se por fórma, que se vê que foi boçalmente tratado pelas pessoas que o mandaram encorporar com o codice genealogico. O *Cancioneiro da Ajuda* tem ao todo 286 canções completas, e 27 fragmentos de canções; o facto de algumas letras capitaes não estarem desenhadas no começo de algumas canções faz suppôr que o copista medieval não dera a obra por terminada, e as capitaes illuminadas, de certos em certos grupos de can-

ções, pareciam designar trovadores distinctos que collaboraram no Cancioneiro palaciano.

Sobre este facto se levantou o principal problema litterario do *Cancioneiro da Ajuda*: As canções não estavam assignadas, e todas ellas apresentavam um mesmo gosto artistico, uma certa homogeneidade de sentimento. O illustre philologo Frederico Diez, em 1830, no *Annuario de Critica scientifica*, entendeu que o Cancioneiro pertencia a um unico trovador; depois, em 1836, o eminente antiquario João Pedro Ribeiro nas *Reflexões philologicas*, por argumentos mais diplomaticos do que litterarios abraçou a mesma opinião, seguindo-se-lhes Bellermann, que accentuava mais a hypothese, considerando o Cancioneiro como sendo aquelle *Livro das Cantigas*, de que falla o Conde de Barcellos no seu testamento de 1350. Este problema ficaria talvez insolúvel se na Bibliotheca do Vaticano não existisse um grande Cancioneiro portuguez, alli accusado desde o seculo XVI; quando no nosso seculo pôde d'aquella livraria ser extrahida a parte que comprehendia as canções de Dom Diniz, logo Caetano Lopes de Moura em 1847 notára de passagem que uma canção do manuscripto da Vaticana se achava tambem no *Cancioneiro da Ajuda*; era aquella que começa pelo verso: « Muyt'ando triste no meu coraçom » e assignada pelo trovador *João Vaz*. Facil seria proseguir n'este sentido, até descobrir que outros nomes de trovadores se achavam representados no codice anonymo da Ajuda; Varnhagen, na edição que fez em 1849 do codice da Ajuda com o titulo de *Trovas e Cantares*, preferiu aceitar incondicionalmente a hypothese passageira de Bellermann, vindo porém em 1857 ainda em Madrid e em Roma em 1858 a encontrar na collecção da Vaticana cincoenta canções semelhantes ás do Cancioneiro da Ajuda, e assignadas por treze trovadores, cujos nomes são: Fernão Velho, João de Guilhade, Vasco Rodrigues de Caluelo, João Vasques, Pero da Ponte, Pero Solas, Pero Barroso, Affonso Lopes Baião, Mem Rodrigues Tenoyro, Pay Gomes Charrinho, Ayras Vaz, D. João de Aboym, e Ruy Fernandés.

Evidentemente o valor do *Cancioneiro da Ajuda* dependia do conhecimento completo do cancionero manuscripto da Vaticana, onde se guardava sob o n.º 4803. Porém se o codice de Roma era mais completo, nem por isso o *Cancioneiro da Ajuda* ficava prejudicado, porque é o unico de todos os nossos Cancioneiros escripto em pergaminho, em folio de 18 pollegadas de alto e 12 de largo, a duas columnas, tendo no começo de cada canção espaços para se escrever a musica a que eram cantadas. Além d'isso, no texto das canções communs aos dois monumentos existem importantissimas *variantes*, que se prestam a preciosas inferencias litterarias.

A publicação do Cancioneiro da Vaticana (ms. 4803) por Mona-

ci, veio mostrar os meios de se investigarem os nomes dos auctores do *Cancioneiro da Ajuda* omittidos pelo copista. Depois do confronto feito por Varnhagen, ainda viemos a encontrar os seguintes trovadores: mais uma canção de Ayras Vaz, tres canções de Fernam Padrom, uma canção de João de Gaya, e outra de Pero d'Arméa. Prometteramos em 1878 (no prologo da edição critica do Canc. da Vat.) uma edição do *Cancioneiro da Ajuda* com estes novos elementos comparativos; a descoberta na livraria do Conde Brancuti di Cagliari de um outro Cancioneiro portuguez mais completo do que o da Vaticana, veio alentar as nossas esperanças de que o *Cancioneiro da Ajuda* receberia uma nova luz critica. Effectivamente em 1880, o editor Niemeyer publicou em Halle o *Cancioneiro Colocci-Brancuti*, contendo mais 442 canções, e vindo inesperadamente resolver de um modo terminante a questão da prioridade portugueza do *Amadis de Gaula*. Faltava fazer sobre este achado novo o confronto que Varnhagen tinha começado em relação ao codice da Vaticana. Tentámos logo esse exame pela preocupação em que persistimos de uma edição definitiva do *Cancioneiro da Ajuda*. É possível que por muito tempo a occasião nos fuja de podermos realisar este pensamento, esclarecendo o documento mais precioso das nossas origens litterarias; para não monopolisarmos os nossos achados consignamol-os hoje aqui, para que outros não venham accusar-me de plagios que se suscitam nas suas preocupações odientas, e que as datas implacaveis desmentem, como nos aconteceu com a descoberta dos fragmentos de uma traducção portugueza das Poesias do Arcipreste de Hita.

Pelo estudo comparado das Canções do codice membranaceo da Ajuda, vê-se, além da parte contida no Codice da Vaticana e no Cancioneiro Colocci-Brancuti, que existem n'esse monumento umas oitenta e seis canções totalmente *ineditas*. O facto de ser este o unico documento poetico em pergaminho, as variantes das canções, e a parte inedita embora diminuta, obrigam a critica a considerar o *Cancioneiro da Ajuda* como texto-princeps, devendo ser este o ponto de convergencia das investigações effectuadas nos dois Cancioneiros apographos. Pelo exame das canções communs se descobrem inferencias ácerca da interpolação das folhas, que devem ser de futuro coordenadas, e qual o logar a que pertencem as 24 folhas achadas em Evora, bem como quaes as canções ineditas e a restituição dos fragmentos das guardas da encadernação do Nobiliario. Devemos portanto tomar por ponto de partida o numero das folhas do *Cancioneiro da Ajuda*, fixando em cada uma aquellas canções que apparecem nos dois Cancioneiros publicados em Halle (Monaci e Molteni) segundo os numeros de ordem e assignatura dos trovadores.

Folha :

- 41 — Vasco Praga de Sandim : *Canc. Colocci-Branc.*, n.ºs 65, 66,  
67, 68.  
42 — 69, 70, 71, 72, 73.  
43 — 74, 75, 76, 77.

Folhas achadas em Evora, cujo logar se segue immediatamente :

João Soares Fomesso : *Coloc.-Br.*, n.ºs 81, 82, 83, 84.

- 44 — 85, 86, 63, 88, 89.  
45 — 90, 91, 87, 92.  
46 — 94, 95, 99, 97.  
47 — Pay Soares de Taveiros : *Coloc.-Br.*, n.ºs 119, 120, 121,  
122, 123.  
48  
49 — 125, 126, 127, 128, 129.  
50 — 130, 131, 132, 133.  
51 — 134, 135, 136, 137.  
52 — 138, 140, 141, 142, 143.  
53 — 144, 145, 146, 124.  
54 — Martim Soares : *Coloc.-Br.*, n.ºs 148, 149.  
Nuno Fernandes Torneol : *ib.* n.ºs 159, 160.  
55 — 161, 162, 163, 164, 165.  
56 — 166, 167, 168, 169, 170.  
57 — Pero Garcia Burgalez : *ib.* n.º 172.  
58 — 174, 175, 176, 177.  
59 — 178, 179, 180, 181, 182.  
60 — 183, 184, 189, 190.  
61 — 191, 192, 193, 194.  
62 — 195, 196, 197, 198.  
63 — 199, 200, 200 A, 201.  
64 — 202, 203, 204.  
65 — D. Fernam Garcia Esgaravunha : *ib.* n.ºs 215, 216, 217,  
218, 219.  
66 — 220, 221, 222, 223, 224.  
67 — 225, 226, 227, 228, 229.  
68 — Ruy Queimado : *ib.* n.ºs 236, 237, 238.  
69 — 239, 240, 241, 242.  
70 — 243, 244, 245.  
71 — Vasco Gil : *ib.* n.ºs 253, 254, 255, 256, 257.  
72 — 258.

Folhas achadas em Evora, cujo logar se segue immediatamente :

- João Coelho : *ib.* n.<sup>os</sup> 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266,  
267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274.
- 73) — Dom João d'Aboym : (*Canc. da Vat.*, n.<sup>o</sup> 279.)  
74)
- 75 — Ruy Paes de Ribela : *Coloc.-Branc.*, n.<sup>os</sup> 281, 283.  
76 — 284, 285, 286, 287.  
77 — 288, 289, 290, 291, 292.  
78 — 293.
- João Lopes de Ulhoa : *ib.* n.<sup>os</sup> 294, 295.  
79 — 296, 297, 298, 299.  
80 — 300, 301, 302, 303.  
81 — 304.
- 82 — Ayras Vaaz : *Canc. da Vat.*, n.<sup>o</sup> 55.  
83 — Fernão Gonsalves de Seaura : *Coloc.-Br.*, n.<sup>os</sup> 330, 331,  
332, 333.  
84 — 335.
- Pero Barroso : *Canc. da Vaticana*, n.<sup>os</sup> 2, 3.  
85 — Affonso Lopes Baiam : *Canc. da Vat.*, n.<sup>os</sup> 5, 6.  
86 — Mem Rodrigues Tenoyro : *Canc. da Vat.*, n.<sup>os</sup> 11, 12.  
João de Guilhade : *Canc. da Vat.*, n.<sup>os</sup> 29, 30, 31, 32,  
33.  
87 — 34, 35, 36.  
88
- 89 — Stevam Froiam : *Canc. da Vat.*, n.<sup>os</sup> 40, 38.  
90 — João Vasques : *Canc. da Vat.*, n.<sup>os</sup> 42, 43, 44, 45.  
91 — Payo Gomes Charrinho : *Canc. da Vat.*, n.<sup>os</sup> 395, 400.  
92  
93 — 428.  
94 — Fernão Velho : *Canc. da Vat.*, n.<sup>os</sup> 46, 47.  
95 — 48, 49, 50.  
96 — 51, 52, 53.  
97  
98  
99  
100  
101
- 102 — Pero Solas : *Canc. da Vat.*, n.<sup>os</sup> 824, 825.  
103 — Fernam Padrom : *ib.* n.<sup>os</sup> 563, 564, 565.  
104 — Pero da Ponte : *ib.* n.<sup>os</sup> 566, 567, 568, 569, 570.  
105 — Vasco Rodrigo de Caluelo : *ib.* n.<sup>o</sup> 576.  
106 — 582, 583, 584, 586, 579, 580, 581.  
Roy Fernandes : *ib.* n.<sup>os</sup> 485, 486, 487.

Folha :

Pero d'Armêa: *ib.* n.º 677.João de Gaya: *ib.* n.º 1061.

Por esta simples inspecção se vê, que o *Cancioneiro da Ajuda* se compõe na sua melhor parte de trovadores que apparecem de folhas 41 a 82 no Cancioneiro Colocci-Brancuti, e d'aqui até ao fim do Codice de trovadores que figuram no Cancioneiro da Bibliotheca do Vaticano. Depois d'este trabalho, que é a base essencial para o estudo do Cancioneiro, resta-nos apresentar a indicação das folhas onde ha canções totalmente ineditas, ou que se perderam nos codices apographos tambem em parte fragmentados :

- Fl. 48 — Eu sou tam muyto amador.  
 — No mundo nom sey parelha.  
 » y — Meus olhos gram coita d'amor.  
 Fl. 72 — Muyto punhey de vos negar señor.  
 e y — Señor fremosa pois pesar m'avedes.  
 — Señor fremosa quero-vos rogar.  
 Fl. 73 — Señor fremosa pois m'ey'eu assi.  
 — Ay mia señor, quero-vos eu perguntar.  
 e y — Nom soube que x'era pesar.  
 — Punhar quer'ora de fazer.  
 Fl. 74 — Que sem meu grado oj'eu partirei.  
 — Por mi sei eu o poder que amor.  
 — Dizem mhas gentes por que nom trobei.  
 Fl. 75 — Pois m'eu tal coyta tem amor.  
 Fl. 77 — A mia señor que eu sei querer.  
 Fl. 81 — Gram coita soffro e vou-a negando.  
 — Noguei mia coita des ãa sazom.  
 Fl. 82 — Por nom saber qual ben desejei.  
 e x — Se ei coita muyt'a nego ben.  
 — Deus, que vos eu vi mia señor.  
 Fl. 83 — De mort'é o mal que me vem.  
 Fl. 88 — Gram sazom ha que eu morrera.  
 — Se m'ora Deus gram bem fazer quizesse.  
 — Estes meus olhos nunca perderom.  
 — Cuidou-ss' amor que logo me faria.  
 — Esse mui pouco que oj'eu fallei.  
 Fl. 89 y — Por muitas cousas em que.  
 Fl. 91 — Que eu mui de grado queria fazer.  
 — Dizem señor ca distes por mi.  
 Fl. 92 — Cuydava m'eu quand'amor nom havia.  
 — Quantos oj'andam en o mar assi.



Folha :

- Señor fremosa pois que Deus non quer.  
 Fl. 93 — Pois mia ventura é tal peccador.  
 — Señor fremosa per nostro señor.  
 Fl. 94 — De quantas cousas en o mundo son.

Além das canções ineditas póde-se tambem melhor conhecer, além do exame por meio do typo estrophico, dos logares em que as folhas do *Cancioneiro da Ajuda* se acham interpoladas: Entre a folha 43 e a 44 devem introduzir-se as canções de uma folha das achadas em Evora; entre a folha 46 e a 47, faltam vinte e uma canções; a folha 48, não liga nem com a antecedente nem com a seguinte, devendo antepôr-se a 49; entre a 54 e 55 entram outra vez folhas de Evora; faltam onze canções entre as folhas 64 e a 65; faltam mais sete entre as 67 e 68; cinco canções das Folhas de Evora completam a 70 e 71, e com mais quinze canções se liga a folha 72. Na parte em que ha as similhanças com o Cancioneiro da Vaticana, as interpolações são menos fundamentaes, faltando comtudo vinte e uma canções entre a folha 85 e 86; e as folhas 94, 95 e 96 devem antepôr-se á folha 91.

No estado em que está a questão do texto do *Cancioneiro da Ajuda*, já se não deve fazer uma edição fac-simile, tal como pretende fazer a Academia das Sciencias, como se vê pela copia paleographica que mandou extrahir. Seria um trabalho inicialmente defeituoso, quando abundam hoje os recursos para o tornar perfeito. Pelo confronto com os dois codices Vaticano e Brancuti, se vê que este é o começo e o outro o fim de um grande Cancioneiro, de que o *Cancioneiro da Ajuda* é o centro. Poder-se-hia já organizar esse todo, que pela indicação do córte das folhas de pergaminho pertenceu ao *Rei Dom Diniz*. Não cabe n'este logar indicar e discutir as variantes das 227 canções da Ajuda que se acham nos dois codices citados; levar-nos-hia longe esse estudo. Limitamo-nos á historia do documento, para que se não possa malevolamente apagar uma pégada por onde outros se guiam, ou negando-a ou calando-a, segundo o estado das consciencias movidas por paixões egoistas.

THEOPHILO BRAGA.

Em seguida publicamos um importante documento sobre o achado das 24 folhas do *Cancioneiro da Ajuda*. É uma carta inedita do Bispo D. Frei Francisco de Sam Luiz escripta depois de 1834 ao Dr. Antonio Nunes de Carvalho, que o consultára ácerca do valor litterario d'esses fragmentos:

« III.<sup>mo</sup> Snr.

« Eu mesmo tenho um exemplar do *Cancioneiro de Stuart*; mas não o posso agora examinar; porque m'ò pediu o Sarmento para o vêr, e lá o tem. As poucas palavras que v. s.<sup>a</sup> copiou na sua carta, fazem-me presumir que esses *fragmentos* serão d'elle, porque concordam com o estylo, expressões e fôrma que elle usa, segundo minha lembrança. Eu attribuo ou attribui a escriptura e composição do *Cancioneiro* ao seculo XIII, e o julgo pouco posterior ao tempo de D. Affonso o Sabio de Castella, porque me parece ter achado nos versos alguma allusão a este Principe: mas tudo isto são meras reminiscencias minhas, e á vista d'esses *fragmentos* comparados com o impresso se poderá fazer melhor juizo. Stuart na descripção do mesmo não faz menção alguma de figuras nem pinturas. Torno a repetir que tenho muita pena de não poder vêr nada d'isso.

« A minha *Memoria* sobre A lingua portugueza não ser filha da latina, não soffreu contradicção, e está approvada para entrar nas collecções academicas. O *Gloss. Lusitan. Oriental e Africano* tambem foi approvado, sem embargo das notas do seu amigo Macedo, e vai a imprimir-se logo que eu acabe a copia que estou a tirar em limpo, a qual se fazia necessaria tanto para metter na ordem alphabetica um supplemento que eu lhe tinha feito, como para algumas addições e correções que julguei convenientes á vista do *Lexic. hebr.* de Guarin, que v. s.<sup>a</sup> me mandou do Deposito.

« Do Deposito não digo nada, porque v. s.<sup>a</sup> sabe por outra via a ordem que lá mandou o homem do Xarôto, e o modo como se executou. O Branco contou-me isso muito pelo grosso, e como me disse que se dava parte a v. s.<sup>a</sup> não pretendi mais individuações. Este é o cumprimento da promessa, que fizeram a v. s.<sup>a</sup> de não bulirem em nada durante a sua ausencia. V. s.<sup>a</sup> ainda não faz perfeita idéa do caracter de certos homens. Eu sim; porque desconfio sempre o peor, e não me tem succedido enganar-me.

« Por ora não sei mais nada que mereça referir-se. Ao snr. Azevedo mil recommendações minhas affectivas e leaes: e adeus, snr. Nunes. Não me atrevo a pedir a v. s.<sup>a</sup> que venha logo; mas bem o desejo cá, e cá se podem vêr os mss. e cousas mais curiosas, que depois se restituirão a Evora.

De v. s.<sup>a</sup>  
fiel amigo  
B.<sup>o</sup>

P. S. — Bem quizera eu uma nota das Biblias que ahi houver do seculo xv impressas — se houver tempo e ocio para isso. »

## COSTUMES DOS FULLOS

---

### Nascimento

Quando qualquer fulla tiver dado á luz, vai fazer a sua ablucão n'uma fonte ou rio, uma especie de *ghoust* entre os turcos, e depois põe a sua panella ao fogo. Estando prompta a comida, convidada os visinhos para o brodio e começam todos a cantar :

« *Fogo lha ı cöl dembá laridembá lan susá.* »

« Que o fogo foi feito para fazer a comida. »

Mez depois do nascimento levam a criança a casa da pessoa mais idosa e respeitada da aldeia para ser baptisada.

O baptismo consiste em rapar a cabeça á criança.

Rapada a cabeça, abatem uma rez, matam gallinhas e carneiros, conforme as suas posses.

O segundo baptismo é a circumcisão, que só poderá ter logar quando *vão entrar no matto* (casar).

### Casamento

As fullas nunca chegam a casar donzellas. É preciso terem dado á luz, quando menos, tres filhos para poderem tomar estado.

Quando um fullo pretende tomar estado de casamento, envia um mensageiro ao pai da mulher que preferiu, com uma garrafa d'aguardente. Se elle aceitar é signal de que annue ao casamento : então abrem a garrafa e tanto o mensageiro como o pai da noiva

bebem juntamente o precioso *nectar*. O mensageiro demora-se dois dias, depois volta sem resposta. Passados tres dias vai novamente a casa dos paes da noiva, levando, como offrenda, uma peça de bertangil e um garrafão d'aguardente: então reúnem-se os parentes da noiva para ajustarem o casamento. O pai, tomando uma attitude séria, responde: « *Mijabi* » (consinto); e caso lhe não convenha, responde: « *Missali* » (não me convém). No caso de consentimento apinha um magote de mulheres em frente da casa da noiva a cantar:

« *Cari sudi... Cari sudi... Cari sudi...* » que significa:  
« Joven elegante conseguiu achar mulher. »

### Funeral

Fallecido algum fullo amortalham o cadaver por uma fórma extravagante: dobram o cadaver e atam-no com cordas por tal fórma que uma mulher ou homem parece uma criança de curta idade. Deposto o cadaver á beira da sepultura alli depositam os moveis pertencentes ao defunto. O parente mais proximo do finado rompe em sentidos prantos:

« *Cari a men mai!* »  
« F... rendeu o ultimo suspiro! »

Então formigam os fullos de todos os cantos a prantear o morto. É tão vivo o sentimento que os fullos tomam pelos mortos, que a nossa penna, por inhabil, não póde descrevel-o; pois fomos testemunhas oculares d'um caso, que nos commoveu profundamente. Havia fallecido uma mulher, mãe de duas crianças menores puberes. O cadaver estava deposto sobre uma esteira.

As duas crianças tinham abraçado a mãe por muito estreito amplexo, e distillavam copiosos prantos.

### Fullos e as suas vaccas

É tal a amizade que os fullos devotam ás suas vaccas, que, pela morte d'uma d'ellas, a lamentam como se fosse um filho ou amigo.

Para abrandar a colera dos deuses congregam-se n'um ponto dado todos os fullos d'um *Fullacunda* (*cunda* — aldeia — *fulla* — dos fullos); cada qual traz uma gamella de farinha de milho miudo (especie de painço) e d'ella fabricam uma massa. Possuidos todos d'um transporte religioso, elevam as mãos aos céos, dizendo:

« *Allaha, dandumen, danduramen!* »

« Ó Deus, tende compaixão de nós, não mateis as nossas vaccas, porque ficamos sem leite nem panella! »

#### Castigo entre os fullos

O codigo penal é banido entre os fullos. Qualquer fullo que praticar o crime de furto ou roubo ou morte, é varado, segundo a gravidade das circumstancias, e depois içado a uma arvore até o dia seguinte.

É por isso que é raro o crime entre os fullos.

O general d'elles em Forreá (Buba) é Bakarkidalé, cujos traços biographicos mais tarde enviaremos.

#### Ceremonias religiosas por occasião d'alguma epidemia

Se houver alguma epidemia, para apaziguar a colera dos deuses, ordenham as suas vaccas e depositam o leite nos colmões. No dia seguinte reúnem-se em casa das pessoas mais respeitaveis e idosas, e cada um dos fullos leva um colmão com leite. Praticadas algumas ceremonias religiosas, despejam o leite no chão, onde supõem existir a hiran (deus tutelar).

Por esta occasião proferem a seguinte oração :

« *Dandumen del mingo cabmá naghé.* »

« Desparzimos sobre vós o nosso leite para debellar a epidemia ; se ella de todo se extinguir, nós vos offerecemos em holocausto as nossas vaccas. »

#### Lingua dos fullos

Como já dissemos é a lingua dos fullos harmoniosa. Para que o leitor fórme d'ella uma justa idéa, apresentamos alguns *specimens* :

« Não faças a outrem aquillo que não queres que te faça. »

« *Namanà auãdicaria badamini.* »

« Todo o filho deve respeito e veneração a seus paes. »

« *Bidó cumdunicald eborté couldi inamú.* »

« Só Deus é grande. »

« *Allah uni maãdó.* »

« O trabalho da terra é a fonte de todos os outros trabalhos. »

« *De mal dulendé oni buré kebuli.* »

## La prière pour tous, de Victor Hugo

Ora pro nobis.

« Ma fille, va prier! — Vois, la nuit est venue.  
 Une planète d'or là-bas perce la nue;  
 La brume des coteaux fait trembler le contour;  
 A peine un char lointain glisse dans l'ombre... Écoute!  
 Tout rentre et se repose: et l'arbre de la route  
 Secoue au vent du soir la poussière du jour! »

« Chucaelamdeel, lhă lšiven! lardo lhe ghidel maangará.  
 Codelvendogoguel dunati oderende uařendé ará;  
 Chudiquidjoró dintobahó lhan gogol an missiřdá;  
 Puchulegal nodi só daudi... Kedó endundřnará řdá!  
 Nati ualto: leghimanghi dinini e da tal eé, nhadól;  
 Endř qııqı dendu řidental nhadól nhalô mřangol. »

Na lingua dos joloffos, que é tambem muito harmoniosa, exprime-se do seguinte modo:

## Năn u Nêp bu Victor Hugo

gnan u gnêpa (ora pro nobis).

« Suma dom, demal năn! guissol gudi gui 'nehow na.  
 Béna bidew u urus bena na nirva;  
 Salamır-si ti su nř vřt gui yeungal na lunř veur;  
 Ei digganti bobu béna mbam vu bayoko řá Sorey sa terhés na ti bir tim-  
 [gui... Déglul!

Lunéka haraf ténopalaku: ta you va garab gu deheur  
 Tegas na řá guelewı gon li peundi betienck ba.

## Agricultura

São os fullos os homens mais laboriosos da costa occidental da Africa.

Com ser o terreno em algumas partes muito sáfaro, tratam de o estrumar com bosta de vacca.

Prendem cento e tantas vaccas no terreno que pretendem estrumar, e depois de dois ou tres dias, remexem a terra e começam a fazer plantações.

Basta deitar meia duzia de grãos ao terreno para mais tarde se colher ao centuplo o grão que lhe é confiado.

Cultivam d'ordinario milho, milhinha, mancarra, inhame, feijão, batatas, etc.

\*

Vou fechar este capitulo com a chave d'ouro com que Winterbottom terminou a sua relação de viagens (*account*):

« A *Society for Missions to Africa and the East* fez imprimir varios livros christãos em lingua de fullos, para avançar entre estes povos, avidos da verdade, a propagação do christianismo, ou quando menos, para se oppôr aos progressos do islamismo.

« Esperamos que, em breve tempo, nós poderemos citar os bravos habitantes de Tembó como o primeiro povo negro christão em que a escravidão foi totalmente abolida <sup>1</sup>.

« As mentiras que Macauley assoalhou no *African Institution* não são de natureza a destruir em nós esta bella esperanza. Almejamos tambem que christãos sinceros não cessem de se mostrar tão hospitaleiros, tão justos e tão humanos como até agora têm sido.

« Os livros instructivos, introduzidos na lingua do paiz, são de suprema vantagem para os negros; oppõem-se á propagação da lingua arabe pelo Koran, e paralyam os progressos da lingua *General*, especie de giria portugueza, que é n'esse paiz o que a lingua franceza é para o commercio do Oriente.

« Inovações tão louvaveis só se podem conservar em um povo, cujas grandes qualidades nos presagiam, que um dia poderá chegar a um grau de civilisação tão elevado.

« Encontram-se n'este paiz costumes cavalheirosos em toda a sua primitiva pureza em *Pourah*, especie de associação de guerreiros, que trazem á lembrança os tribunaes vehdricos da Edademedía. »

A conformação physica d'estes paizes d'Alpes e o caracter dos seus habitantes têm já attrahido a nossa attenção; mas o nosso interesse seria muito mais vivamente excitado ainda, se nós estabeceassemos um parallelo entre os povos d'Alpes, situados nas duas extremidades oppostas, um a este, outro a oeste, e entre os quaes o islamismo tem igualmente penetrado, isto é, entre os habitantes do paiz d'Alpes de Cachemira e os do paiz dos fullos: a compara-

---

<sup>1</sup> Temos já dito que os fullos não são propriamente ditos negros. É uma confusão imperdoavel. Se se dessem ao trabalho de lér Mungo Park, Molhen, Winterbottom, Karl Ritter e outros, de certo perderiam a anglo-mania.

ção seria ainda vantajosa para estes ultimos. Na Asia como em Africa, a mesma agricultura, a mesma industria, a mesma actividade, a mesma habilidade, a mesma belleza; sómente na Asia, estas qualidades são por vezes realçadas pela natureza do continente e pela marcha da civilisação e da historia. Mas a natureza moral, nas suas manifestações primitivas, é muito mais pura e mais simples entre os fullos, que presentemente entre os asiaticos, corruptos pela civilisação e abysmados no vicio e na sensualidade. O character poetico e moral dos fullos está por tal fórma impresso por todas as partes e especialmente na sua lingua. A maneira por que adoptaram a religião mahometana, exalça o seu sentimento religioso em toda a sua pureza e manifestação. Abraçando o islamismo, desviaram de si tudo quanto elle contém de sanguinario e intolerante e souberam conservar o mesmo respeito para todas as outras religiões, até para o christianismo; observam o mais profundo silencio quando os christãos oram.

A lingua dos fullos é muito poetica; possuem no mais elevado grau o dom da palavra e capaz de produzir a mais forte convicção, deleite e persuasão; toda a expressão dura europeia causa-lhes uma impressão penosa e a menor inflexão de voz lhes causa profunda sensibilidade.

A maior offensa que a um fullo se pôde fazer é fallar-lhe irreverentemente de sua mãe; dizem que isto é uma affronta, um ultraje. Veneram os velhos. Desde que o individuo attinge uma certa idade, recebe o honroso titulo de pai — *pa*, que se antepõe ao nome (por exemplo: *Pa-Dembá, Pa-Suri*); a mulher o de mãe — *má*; por exemplo: *Má-Takó*, etc.; o velho o de *Yome* — *Kamay furé*, isto é, homem velho; se quizerem fazer-lhe muita honra, chamam-no *Tamsun fori*, isto é, meu velho avô.

O character pacifico e docil d'este povo, cujos traços esboçamos, formam uma similhança com o povo d'Alpes d'Habech, raça igualmente muito bellicosa e civilisada.

Bolama 1 de dezembro de 1884.

FREDERICO DE BARROS.



## BIBLIOGRAPHIA

---

**Politica republicana**, por ALBERTO SALLES. — Rio de Janeiro, Typ. de G. Leuzinger. 1882. — 1 vol. in-8.<sup>o</sup> gr. de 473 pag.

O valor de uma doutrina conhece-se pela influencia que exerce sobre as intelligencias, quer deprimindo-as, estimulando-as ou disciplinando-as. Comprehende-se como as doutrinas theologicas da Igreja atacaram a actividade mental da civilisação greco-romana, pelo conflicto entre a graça e o livre arbitrio, e pelo antagonismo inconciliavel entre o mundo physico e a nossa natureza moral. O criticismo de Kant, embora de character negativo, atacando os systemas metaphysicos fundados sobre modos de vêr subjectivos, chegou a um principio fundamental: a necessidade de conformar as noções subjectivas com os dados objectivos, como condição para se attingir qualquer verdade. Comprehende-se tambem como as doutrinas de Kant exerceram um estimulo enorme na actividade scientifica do nosso seculo, mesmo em sciencias especiaes sem relação immediata com uma synthese philosophica. A Philosophia positiva, tomando o dado de Kant como base constructiva, appareceu pela necessidade de coordenar a complexidade das sciencias especiaes sob uma dependencia dogmatica geral, e ao mesmo tempo veio estabelecer a mutua dependencia entre os phenomenos de ordem cosmologica e sociologica, isto é, a relação de continuidade entre o mundo physico e o mundo moral, que a theologia e as metaphysicas sempre nos impuzeram como incompativeis. Esta doutrina, a mais recente de todas as concepções modernas e a que mais se tem universalisado como um modo de ser da consciencia humana, exerce uma acção disciplinadora nos espiritos, dando-lhes coherencia e destino aos conhecimentos especiaes em que se esterilizavam as capacidades, e reduzindo os phenomenos moraes, quer psychologicos ou sociaes, ás condições observaveis, verificaveis e independentes dos preconceitos da imaginação. Sobre este ponto as questões moraes e politicas têm sido radicalmente estudadas sob o criterio da Philosophia

positiva, quando ellas já se achavam esgotadas em formulas banaes e auctoritarias impostas por estas duas associações absorventes, a Religião e o Estado. A *Philosophia positiva* elevou-se a um ponto de vista mais geral, ao conjuncto social, subordinando á sua conservação e progresso o destino de todos os outros factores, sejam elles religião ou governo, industria ou sciencia, familia ou individualismo. Conhecidos os principios d'essa *philosophia reorganisadora*, a sua principal importancia revela-se nas applicações, e assim cada pensador isolado procurando julgar o seu meio ou o seu tempo, acha-se possuido de um novo poder constructivo que o força a intervir no meio da incoherencia de uma época e de uma sociedade em que o que se pratica está em desaccordo com o que se pensa.

O livro sobre que vamos fallar nasceu d'esta situação peculiar, que tanto se accentua na velha Europa como nos estados da America meridional. A *Politica republicana* é um valente livro escripto por um rapaz talentoso, forte pelas convicções intellectuaes e pelo seu elevado sentimento de patria. Só uma doutrina fecunda é que pôde provocar d'estes prodigios, em que os ultimos que chegam se tornam os primeiros. O livro compõe-se de tres partes, ou melhor de duas obras: na primeira trata-se de um modo geral da Exposição da moderna theoria politica; na segunda e terceira, da Critica da politica monarchica, e da Reconstituição da nacionalidade brasileira. Alberto Salles define o movel que o attrahiu para estes grandes problemas: «Trabalha energeticamente sobre as consciencias uma metaphysica manifestamente revolucionaria, que ameaça conduzir-nos a um deploravel estado de anarchia mental. Nunea, como hoje, houve tanta necessidade de estabelecer-se entre nós uma justa coordenação das intelligencias, na determinação exacta da orientação politica. É preciso que se conheçam e decomponham convenientemente todas essas forças que actualmente se encontram em jogo no seio do nosso organismo social, a fim de dar á sua grande resultante uma direcção util e oportuna, subordinando-as a pouco e pouco á relatividade do nosso meio politico.» (pag. vii)

Essa situação anarchica é uma crise geral ao velho e ao novo mundo; as velhas crenças tradicionaes tornam-se incompatíveis com as demonstrações scientificas, e a dignidade individual torna-se insurrecta diante do privilegio pessoal da forma dynastica. Para se chegar a corrigir ou modificar esta crise transitoria, procura-se oppôr ao regimen da religião dos crédulos, a convicção da unanimidade scientifica, e á intervenção exclusiva do arbitrio de um só a manifestação expressa da vontade de todos pelo suffragio transmitida ao mais competente, condicional e temporariamente. Tal é a phase em que se apresenta hoje o problema politico; e a necessidade de resolver-o procedendo pela eliminação successiva da imaginação, e fazer prevalecer a observação na critica dos factos, era o primeiro passo para que aquillo que era o objecto da intriga se torne uma verdadeira sciencia. A *Politica positiva* é este exame da acção commum social, feito por um modo em que a imaginação é substituida pela observação. É de um tal exame que resulta o conhecimento de que a anarchia presente resulta do conflicto de tres systemas politicos, uns que persistem além de seu tempo, outros que não se acham plenamente admittidos; effectivamente ha uma politica *theologica*, resto das velhas éras do poder theocratico, que nos perturba já com exigencias de um poder temporal, já procurando harmonisar-se como religião do Estado, ou n'essa outra formula absurda: Igreja livre no Estado livre. Ha uma politica *metaphysica*, derivada da falsa noção de que o merito pessoal se transmite pelo nascimento, e que não sendo já recebida geralmente por irem desapparecendo as aristocracias, sobrevive comtudo na imposição degradante das Casas reinantes que tanto perturbam com o seu fausto immoral e aventuras militares a pacifica e fecunda civilização euro-

pêa. A política *positiva*, isto é, a coordenação dos factos com os principios verificaveis, manifesta-se na sua fôrma concreta na solução republicana federal, vindo por este caracter federativo a attingir a sua fôrma normal e definitiva na Sociocracia.

As consequências d'este conflicto das tres politicas, em que a metaphysica sob a fôrma de monarchia temperada e de regimen monarchico-representativo, é a que prepondera por meio de sophismas parlamentares, essas consequências manifestam-se de um modo evidente no desacordo entre a evolução social e a acção governativa. Alberto Salles parte d'este ponto seguro: « Um dos phenomenos que mais impressionam aquelles que se dão ao estudo da marcha da humanidade através da historia, é certamente o contraste admiravel que ahi se observa entre a tendencia evolutiva das sociedades e o espirito de conservação do Estado; a evolução social não acompanha o Estado, e nem este obedece áquella. São duas forças em constante antagonismo, quando, ao contrario, deveriam operar harmonicamente sobre a determinação da marcha geral da civilização. » (pag. 13)

É sobre este facto que se comprova a efficaia de uma doutrina segura. Alberto Salles chegou a essa comprehensão que hoje fortalece a sua intelligencia, mas que ha de perpetuamente dar-lhe a coherencia e a harmonia á sua vida: « A harmonia entre o Estado e a evolução social, tão necessaria presentemente, só poderá operar-se por uma justa applicação das doutrinas positivas ao governo das sociedades. » (pag. 15) Governar em nome de Deus, de uma entidade fóra da sociedade e da realidade, dá essa atrophia dos povos que se afundaram na theocracia, como os semitas e os arias orientaes; governar em nome da vontade de um desvairado, seja elle Alexandre, Cesar ou João Fernandes, é cair n'essa degradação de que só nos pôde tirar a Revolução franceza dissolvendo o regimen catholico-feudal e proclamando a reorganização social pela Declaração dos Direitos do Homem. O fim humano, eis o destino exclusivo de todas as actividades, affectos e capacidades; é esta a idéa que virá a inspirar uma politica scientifica e consciente, a que Augusto Comte deu o nome de Sociocracia. O conhecimento do nosso sér psychologico e dos antecedentes sociaes levar-nos-ha a estabelecer os diferentes grãos de sociabilidade, solidarios entre si, e necessarios todos para a realisação do fim humano. Esses grãos estão hoje claramente determinados: a aggregação geneologica ou *domestica*, a aggregação territorial ou *civica*, e a sua synthese *cosmopolita*, que começa pelas federações até chegar ao conhecimento da solidariedade humana. Cada um d'estes grãos de sociabilidade funda a ordem pelo instincto e criação empirica da Conservação; a dependencia mutua é que fará com que a ordem seja uma resultante ou consequencia do Progresso. Provocar o progresso por impulsos emocioaes é uma perturbação que leva as sociedades a sympathisarem com o quietismo da estabilidade, e a aceitarem a intervenção dos salvadores, que exploram esta tendencia regressiva para o passado. O progresso é um phenomeno de observação, que se define por phases bem characteristics, cuja successão não pôde ser alterada. É aqui que se destacam na sua independencia e coexistencia as duas entidades sociaes, o individuo e o estado; o individuo desenvolve-se ou progride de um modo definitivo quando estimulado pelas emoções estheticas adquire interesse pelas noções scientificas e por fim as relaciona em concepções philosophicas. Pelo seu lado o Estado avança ou progride quando da sua acção commum resulta uma disciplina moral, um livre concurso industrial, e uma participação geral na força social pela opinião, ou uma politica que é a expressão e a satisfação do suffragio. Estas idéas são correntes, e não como se pôde suppôr, o verbo exclusivo de uma eschola; desde a Grecia, que a coexistencia d'essas duas forças sociaes a Auctoridade e a Liberdade, se acha expressa n'esses dois termos claros, de

*isonomia*, ou a "egualdade perante a lei, e a *autonomia*, ou a lei formada pela convergencia da vontade de todos. E comtudo, como diz Alberto Salles: « causa realmente admiração o apparecimento de estadistas que ainda insistem em fazerem do Estado o inimigo da evolução social. » (pag. 14) O livro de Alberto Salles na sua parte doutrinaria está claramente exposto, e com uma comprehensão clara dos principios sociologicos de Augusto Comte. O encadeamento dos capitulos é logico; parte da origem do poder governamental como funcção característica, classificação das fórmãs de governo, organização scientifica do estado, sua fórmula exterior, até chegar á Federação e ao estabelecimento do suffragio universal.

A *Politica republicana*, na sua segunda e terceira parte restringe-se ao Brazil como ponto de applicação das doutrinas geraes; comprehende a critica da politica monarchica e a reconstrucção da nacionalidade brasileira. Como bom positivista, Alberto Salles comprehendeu que a reorganização politica é uma deducção dos antecedentes historicos; e segundo o bello pensamento de Charrière, a historia da recente nacionalidade brasileira é illuminada pelo movel superior da politica. A formação e independencia da nacionalidade brasileira foi um phenomeno organico, que devia inevitavelmente effectuar-se: um grande campo para a actividade pacifica, e uma raça cruzada, com os antecedentes da civilização européa, era quanto bastava para que essa nova patria estabelecesse por determinação propria a sua autonomia nacional. Por uma terrivel fatalidade historica, os restos da anarchia militar que perturbaram a Europa no começo do seculo XIX, foram repercutir-se na America e a Nacionalidade brasileira em vez de constituir-se por uma evolução propria, surgiu com a insurreição de um principe da dynastia dos Braganças, que tornou esse novo estado o cevadouro exclusivo do seu novo ramo dynastico. A existencia politica do Brazil tem soffrido a atrophia d'esta terrivel fatalidade, que lhe impoz a falsa monarchia representativa, a lista civil, a religião do estado, e uma aristocracia macaqueando os velhos titulos feudaes, a perversão dos caracteres e o esgotamento das suas forças economicas. A vida da nacionalidade brasileira sob a fórmula politica imperial será considerada no futuro como um deploravel accidente, porque a grande, verdadeira e sublime expansão do Brazil só se tornará efectiva quando as suas vastas provincias se tornarem estados livres da Federação indicada pelo territorio e pelos diversos cruzamentos da raça. O livro de Alberto Salles expõe largamente as intimas aspirações do partido republicano, e o valor da sua obra está em, por meio de processos scientificos, dar a essas aspirações a fórmula definitiva de opinião.

THEOPHILO BRAGA.